Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Shamira Rossi Machado

Sionismo à brasileira: religião, ideologia e apoio a Israel na opinião pública brasileira contemporânea

Rio de Janeiro
2026

Shamira Rossi Machado

Sionismo à brasileira: religião, ideologia e apoio a Israel na opinião pública brasileira contemporânea

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de mestre, ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Dr. João Feres Júnior.

Rio de Janeiro

2026

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP

M149 Machado, Shamira Rossi.
Sionismo à brasileira: religião, ideologia e apoio a Israel na opinião pública brasileira contemporânea / Shamira Rossi Machado. – 2026.
1 recurso online (98 f.)

Orientador: João Feres Júnior.
Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais

1. Política e religião – Brasil – Teses. 2. Sionismo – Brasil - Teses. 3.Antissemitismo – Brasil Teses. 4.Judeus brasileiros – Teses. I. Feres Junior, João. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 32:2(81)

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Shamira Rossi Machado

Sionismo à brasileira: religião, ideologia e apoio a Israel na opinião pública brasileira contemporânea

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de mestre, ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 23 de fevereiro de 2026.

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr. João Feres Júnior (Orientador)

Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

_____

Prof. Dr. Bruno Marques Schaefer

Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

_____

Prof. Dr. Joanildo Albuquerque Burity

Universidade Federal de Pernambuco

Rio de Janeiro

2026

AGRADECIMENTOS

Escrever sobre um genocídio em curso não é simples. Foi um dos maiores desafios da minha vida o tema me convocava todos os dias — inclusive naqueles em que eu já me sentia saturada de qualquer nova informação. Também é angustiante estar em casa escrevendo quando a sensação é de que a luta está nas ruas; ainda assim, foi nesse intervalo entre a rua e a pesquisa que encontrei sentido para o trabalho intelectual: produzir entendimento crítico que ajude a ressignificar a experiência e a sustentar a ação coletiva.

Agradeço ao meu orientador, João Feres Júnior, por acolher este tema desde o início e pela orientação sempre gentil, disponível e rigorosa. Sua confiança e generosidade intelectual foram decisivas em cada etapa do trabalho; além disso, foi graças ao seu empenho que se viabilizou a produção de dados de grande importância para esta pesquisa. Agradeço também ao Bruno Schaefer, pelo apoio fundamental em questões metodológicas e pela generosidade com que compartilhou seus conhecimentos ao longo deste processo, além de integrar a banca de qualificação com contribuições valiosas. Da mesma forma, agradeço ao Joanildo Burity, por aceitar participar deste momento importante de avaliação acadêmica.

Ao meu companheiro, Frederico Augusto, obrigada pelo apoio, paciência, pelo incentivo acadêmico e por lembrar, nos dias difíceis, que este trabalho tem propósito.

Aos companheiros e companheiras do Árabes e Judeus pela Paz, meu reconhecimento por terem caminhado comigo ao longo destes dois anos, mostrando — com gestos e coragem — que uma judeidade antissionista é possível. Ao Marcos Feres (e, por seu intermédio, saúdo a FEPAL), sou grata pelos encontros e conversas que alimentaram, em igual medida, a pesquisa e a luta.

Por fim, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), cujo Programa Nota 10 viabilizou a execução desta pesquisa.

As cerimônias preparatórias à iniciação, na religião de Mr. Quick Shays, duravam uma semana, farta de jejuns e cânticos religiosos, cheios de unção e apelos contritos a Deus, Nosso Pai; e a velha propriedade de recreio, com as barracas militares e salmodias contínuas, adquiria um aspecto esquisito e imprevisto, o de convento ao ar livre, mascarado por uma rebarbativa carranca de acampamento guerreiro. Dir-se-ia um destacamento de uma ordem de cavalaria monástico-guerreira, que se preparava para combater o turco ou o mouro infiel, na Palestina ou em Marrocos.

Lima Barreto, 2012

O árabe, portanto, é concebido agora como uma sombra que persegue o judeu.

Said, 2007

Mas nada, absolutamente nada, justifica o genocídio em curso em Gaza. Ali, sob toneladas de escombros, estão enterradas dezenas de milhares de mulheres e crianças inocentes. Ali, também estão sepultados o direito internacional humanitário e o mito da superioridade ética do Ocidente. Esse massacre não aconteceria sem a cumplicidade dos países que poderiam evitá-lo.

Luiz Inácio Lula da Silva, 2025 - Discurso do Brasil na Assembleia Geral da ONU em Nova Iorque

RESUMO

MACHADO, Shamira Rossi. *Sionismo à brasileira*: religião, ideologia e apoio a Israel na opinião pública brasileira contemporânea. Orientador: João Feres Júnior. 2026. 98f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Esta pesquisa investiga as bases sociais e ideológicas do apoio a Israel por parte dos brasileiros, articulando dimensões religiosas e partidárias da política contemporânea. O estudo combina métodos quantitativos e qualitativos para testar a hipótese de que o sionismo no Brasil se consolidou como um marcador ideológico associado ao conservadorismo moral e ao antipetismo. Na primeira etapa, utilizo dados do survey *A Cara da Democracia* para estimar, por meio de modelos de regressão logística e técnicas de pareamento (*matching*), os efeitos da religião, do voto em Jair Bolsonaro, do antipetismo e da avaliação do governo Lula sobre o apoio ao sionismo. Os resultados indicam que, embora a religião evangélica exerça influência relevante, as variáveis políticas – sobretudo o voto em Bolsonaro e a rejeição ao PT – são preditores mais robustos desse apoio. Na segunda etapa, grupos focais realizados com participantes de diferentes segmentos ideológicos permitem interpretar os sentidos discursivos dessa adesão, evidenciando como a defesa de Israel é mobilizada como símbolo de ordem, autoridade e pureza moral, em contraste com representações negativas associadas à esquerda. Ao integrar análises estatísticas e qualitativas, pretendo mostrar que o apoio a Israel no Brasil atravessa o campo religioso para se consolidar como elemento constitutivo de uma fronteira moral e identitária da nova direita.

Palavras-chave: religião; bolsonarismo; antipetismo; sionismo; opinião pública.

ABSTRACT

MACHADO, Shamira Rossi. Brazilian Zionism: religion, ideology, and support for Israel in contemporary Brazilian public opinion. Orientador: João Feres Júnior. 2026. 98f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019

This research investigates the social and ideological bases of Brazilian support for Israel, connecting religious and partisan dimensions of contemporary politics. The study combines quantitative and qualitative methods to test the hypothesis that Zionism in Brazil has consolidated as an ideological marker associated with moral conservatism and antipetismo (anti-Workers' Party sentiment). In the first stage, I use data from the *A Cara da Democracia* survey to estimate, through logistic regression models and matching techniques, the effects of religion, voting for Jair Bolsonaro, antipetismo, and evaluation of the Lula government on support for Zionism. The results indicate that, although evangelical religion exerts a relevant influence, political variables — especially voting for Bolsonaro and rejection of the Workers' Party — are stronger predictors of such support. In the second stage, focus groups conducted with participants from different ideological backgrounds help interpret the discursive meanings of this alignment, revealing how the defense of Israel is mobilized as a symbol of order, authority, and moral purity, in contrast to negative representations associated with the left. By integrating statistical and qualitative analyses, I aim to demonstrate that support for Israel in Brazil transcends the religious field to become a constitutive element of the moral and identity boundaries of the new right.

Keywords: religion; bolsonarism; antipetismo; sionism; public opinion.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Opiniões sobre Israel em 2025 14

Figura 2 – Proporção dos respondentes favorável a Israel (2013 x 2025)..... 15

Figura 3 - Manifestantes bolsonaristas exibindo bandeiras do Brasil e símbolos de apoio ao Estado de Israel durante ato público em 24 de março de 2024.....17

Tabela 1 - Acordos celebrados entre Brasil e Israel por presidência..... 45

Tabela 2 – Regressão logística variáveis estatisticamente significativas para ser favorável... 57

Tabela 3 - Regressão logística no pós-pareamento (evento = “Favorável”)..... 58

Tabela 4 - Regressões logísticas do apoio ao sionismo segundo o antipetismo 60

Tabela 5 – Efeito do antipetismo sobre o apoio ao sionismo (após pareamento)..... 61

Tabela 6 - Apoio ao sionismo e avaliação do governo (logit) 62

Tabela 7 - Efeito do antipetismo sobre o apoio ao sionismo (após pareamento) 63

Tabela 8 - Grupos analisados pelo Monitor do Debate Público (LEMEP- IESP/UERJ) e seus respectivos argumentos. 65

Tabela 9 - Síntese dos argumentos mobilizados para responder à pergunta 1..... 66

Tabela 10 - Síntese dos argumentos mobilizados para responder à pergunta 2..... 72

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	**METODOLOGIA**	20
2	**EVANGÉLICOS E SIONISMO CRISTÃO NO BRASIL: UMA HIPÓTESE COMUM SOBRE O APOIO DE BRASILEIROS A ISRAEL**	25
3	**SIONISMO À BRASILEIRA: ASPECTOS RELIGIOSOS E POLÍTICOS**	34
4	**IDEOLOGIAS E APOIO A ISRAEL**	41
4.1	**Bolsonarismo e sionismo em fagocitose ideológica**	42
4.2	**Governos petistas: apoio à Palestina e antipatia sionista**	47
5	**RESULTADOS: APOIO A ISRAEL NO DEBATE PÚBLICO**	51
5.1	**Apoio a Israel na opinião pública: survey A Cara da Democracia**	51
5.2	**Análise de dados qualitativos**	64
	CONCLUSÃO	82
	REFERÊNCIAS	84
	ANEXO A – Tabelas 1, 2, 3, 4, 5 e 6	89

INTRODUÇÃO

Desde 7 de outubro de 2023, a exibição contínua dos bombardeios na Faixa de Gaza pela mídia tradicional brasileira, bem como sua circulação por perfis oficiais e não oficiais nas redes, recolocou o sionismo no centro do debate público e acadêmico, sobretudo diante do genocídio em curso na Palestina. Esse contexto torna incontornável questionar quem apoia o sionismo no Brasil e por quais razões, bem como verificar a existência de padrões identificáveis: a orientação bolsonarista importa? O antipetismo? A religiosidade evangélica, especialmente nas vertentes pentecostais e neopentecostais? A questão central não se limita ao "quem", mas alcança o "como" distintos grupos convergem simbolicamente e politicamente em torno do sionismo. Para o período de outubro de 2023 a novembro de 2025, emprega-se o termo "genocídio", em consonância com o debate de Crivelente (2024), Teles (2024), Landi (2024) e Pappe (2022), que oferecem instrumentos conceituais para compreender os desdobramentos geopolíticos e humanitários em Gaza. Para a relação Israel–Palestina em termos gerais, utiliza-se "conflito"[1].

Primeiramente, o sionismo foi sistematizado por Theodor Herzl como uma ideologia que tem por fim a criação de um lar nacional judaico como resposta institucional ao crescente antissemitismo europeu (Gherman, 2022; Milgram, 2009). Em sua formulação, Herzl (1970) sustenta que a segurança e a autodeterminação dos judeus dependiam de um Estado próprio; a perseguição recorrente – que "tornou os judeus um só povo" – teria fornecido o impulso unificador e moral para esse projeto, concebido como solução política duradoura ao antissemitismo.

> "Somos um só povo - nossos inimigos nos tornaram um, sem o nosso consentimento, como tantas vezes ocorre na história. A adversidade nos une e, assim unidos, descobrimos subitamente nossa força. Sim, somos fortes o bastante para formar um Estado - e, de fato, um Estado modelo. (p. 30)"

[1] Nos instrumentos de survey, contudo, a categoria registrada foi "conflito" por razões de inteligibilidade do questionário; assim, nas análises referentes ao período indicado, "conflito" deve ser lido, analiticamente, como referência ao genocídio.

Após o Holocausto e a Segunda Guerra, embora existissem propostas alternativas - como a do Bund, que defendia autonomia cultural judaica na diáspora -, prevaleceu a linha sionista, culminando na criação do Estado de Israel em 1948. O Bund (General Jewish Labour Bund), fundado em 1897 em Vilna, foi um partido socialista judeu do Império Russo/Polônia-Lituânia. Defendia doikayt ("aqui-mesmo"): lutar por direitos civis, sociais e trabalhistas onde os judeus viviam, com autonomia nacional-cultural na diáspora, promoção do iídiche e combate simultâneo ao antissemitismo e ao capitalismo. O Bund se opunha ao sionismo político de Herzl – não por rejeitar a identidade judaica, mas por entender que a solução passava por igualdade e autogoverno cultural nos países de residência, e não por um Estado territorial separado. Teve forte presença sindical e política, atuou na resistência (inclusive no Gueto de Varsóvia) e entrou em declínio após a Segunda Guerra, com parte dos quadros dispersa entre a diáspora e regimes comunistas do Leste Europeu (Clemesha, 2025; Gherman, 2022).

Ao estudar o apoio a Israel - contemporânea - no Brasil, torna-se inevitável olhar para as conexões entre o sionismo e as comunidades religiosas brasileiras, sobretudo as comunidades neopentecostais (constantemente associadas ao sionismo). O que Reinke (2025) chama de "Paixão por Israel" poderia ser resumido em uma frase: trata-se de uma devoção que mistura fé, política e identidade. Não é apenas a crença de que o retorno dos judeus à Terra Prometida cumpre uma profecia bíblica; é também a sensação de participar, aqui e agora, de um enredo divino que atravessa séculos. Essa paixão se materializa de formas variadas. Pode estar na oração diária por Jerusalém, na exibição de bandeiras de Israel em templos evangélicos, no uso de símbolos e nomes hebraicos que reforçam uma identidade compartilhada ou ainda nas viagens à chamada Terra Santa, cada vez mais populares entre fiéis da classe média. Para muitos, apoiar Israel é uma maneira de se aproximar de Deus, mas também de reafirmar um pertencimento político, que se confunde com a defesa de valores conservadores e com a ideia de civilização judaico-cristã (Gherman, 2022; Reinke, 2025; Carpenedo, 2018; 2020 e 2021).

Em termos religiosos, seria forçado tentar fixar uma data única para o surgimento do apoio cristão ao projeto sionista. O que a literatura mostra, no entanto, é que esse apoio assume formas variadas: as narrativas e práticas de evangélicos sionistas se moldam às realidades históricas e sociais em que estão inseridos (Machado et al., 2022, p. 226). Essa diversidade de expressões não chega a surpreender. Como observa Reinke (2025), "a simples existência de um Estado de Israel contemporâneo, situado no mesmo ambiente geográfico da Terra

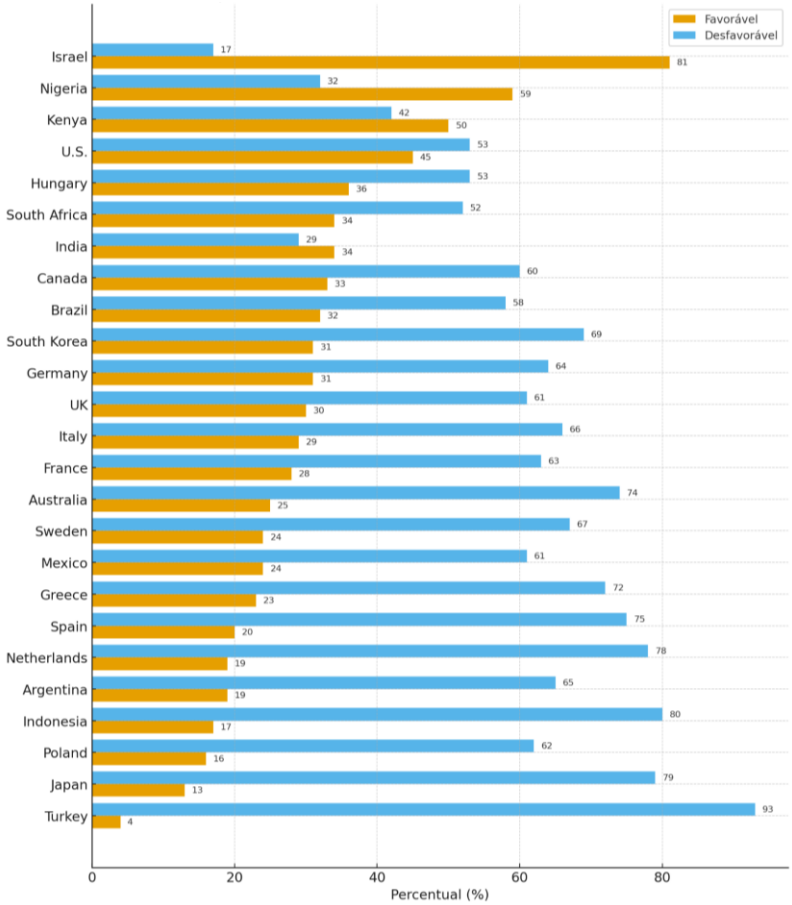
Prometida, invoca vínculos diversos, especialmente no campo escatológico" (p. 13). Hoje, essa paixão também se expressa como um fascínio pela cultura judaica - visível na adoção de símbolos, no uso de nomes hebraicos em templos e até na valorização de pessoas oriundas dessas comunidades por parte de pentecostais. Trata-se de uma verdadeira febre judaizante, que se traduz em viagens da burguesia evangélica à Terra Santa e que tem, como efeito colateral, o "apoio incondicional a Israel" (Alencar, 2005; Carpenedo, 2018; 2020 e 2021). Pretendo investigar se esse apoio incondicional apresentado pela literatura se sustenta diante da nova conjuntura geopolítica. Os evangélicos brasileiros (pentecostais) apoiam as ações de Israel mesmo sob acusções de genocídio em Gaza? Se sim, como o fazem?

No Brasil, é tentador ler o apoio a Israel apenas como expressão de fé – sobretudo porque evangélicos e judeus aparecem como protagonistas, em especial via sionismo cristão. A literatura recente tende a privilegiar as conexões histórico-teológico-filosóficas entre evangélicos e o Estado de Israel, majoritariamente a partir de lentes da Antropologia e da Sociologia; a Ciência Política quase não participa desse debate, com a exceção de Casarões (2024) e Calfat (2024). Com isso, fica subexplorado o quanto identificação partidária e alinhamento ideológico estruturam essa relação. É precisamente essa lacuna que este trabalho enfrenta: tratar o apoio a Israel não apenas como crença religiosa, mas como posição política situada, informada por identidades partidárias e clivagens ideológicas no contexto brasileiro. Por mais que a literatura existente, em geral, indique a religião como fator central para esta relação, os resultados empíricos aqui apresentados apontam para algo mais amplo do que uma relação simples de apoio religioso.

Entre janeiro e abril de 2025, o Pew Research Center realizou uma pesquisa em 24 países para avaliar a percepção internacional sobre Israel e o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu. O resultado (Figura 1) indica que, em diferentes regiões – da América Latina à Ásia-Pacífico –, predominam opiniões negativas em relação ao país e à sua liderança. Dentro de Israel, essa percepção também é reconhecida: 58% da população acredita que o país não é respeitado no cenário internacional, contra 39% que afirmam o contrário. A coleta de dados ocorreu em meio aos bombardeios de Gaza, em parte durante um cessar-fogo, mas principalmente após a retomada da violência. Ao todo, foram entrevistados 28.333 adultos, por meio de diferentes formatos: entrevistas telefônicas em países europeus e no Canadá, presenciais em locais como Brasil, Argentina, Índia e Turquia, e por painel online na Austrália.

Nos Estados Unidos, participaram 3.605 pessoas, por meio do *American Trends Panel* (ATP), que assegura representatividade nacional. Em termos gerais, os dados revelam o reconhecimento, por parte da sociedade israelense, de que o país enfrenta isolamento e desaprovação no cenário global (Pew Research Center, 2025). Ainda assim, Israel é o país mais favorável a si próprio (81%), seguido pela Nigéria (59%)[2]. No Brasil, os índices de rejeição se aproximam daqueles observados nos Estados Unidos, adiantando um pouco do que tratarei ao longo da pesquisa sobre sionismo cristão e apoio a Israel.

Figura 1 – Opiniões sobre Israel em 2025



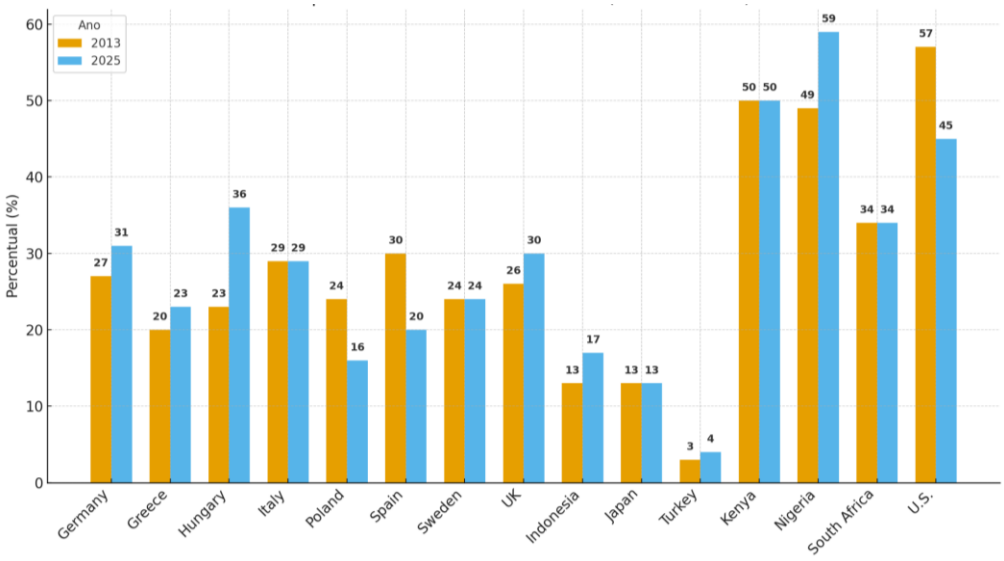
Fonte: A autora, utilizando dados do Pew Research Center[3], 2025.

[2] Em busca de compreender as motivações para as taxas de aprovação nigeriana foi possível encontrar textos que atribuíam um desejo de reconhecimento pelo Estado de Israel da comunidade judaica existente na Nigéria. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/10/25/os-nigerianos-que-querem-ser-reconhecidos-por-israel-como-judeus.ghtml

[3] Informações disponíveis em: https://www.pewresearch.org/wp-content/uploads/sites/20/2025/06/SR_25.06.03_views-of-israel_topline.pdf

Na Figura 2, podemos observar que, nos Estados Unidos, a aprovação a Israel caiu de 57% em 2013 para 45% em 2025, sinalizando um desgaste na tradicional proximidade entre os dois países, na opinião pública. Já na África Subsaariana, o cenário é distinto: Nigéria e Quênia se destacam como exceções, com índices de apoio bem mais altos – 59% no caso nigeriano. Dentro de Israel, a aprovação chega a 81%, em nítido contraste com o padrão internacional (Pew Research Center, 2025).

Figura 2 – Proporção dos respondentes favorável a Israel (2013 x 2025)



Fonte: Elaboração própria utilizando dados do Pew Research Center[4], 2025.

Mas como a opinião pública brasileira responde às questões do debate sobre Israel, no contexto do genocídio? A academia brasileira tem dado pouca atenção a esse assunto, com exceção dos trabalhos de Casarões (2024) e Calfat (2024). Ainda assim, a análise desses autores é de caráter predominantemente ensaístico, sem base empírica capaz de revelar a interação entre o apoio a Israel com preferências ideológicas e identidades políticas. Os autores reconstroem uma cronologia dos eventos diplomáticos que envolvem o Brasil, os ataques à Faixa de Gaza e as pesquisas de opinião realizadas no período – no caso de Casarões; contudo, não aprofunda os mecanismos pelos quais as mensagens de atores políticos circulam e são apropriadas pelos eleitores, acabando por confundir emissão e recepção (Feres Júnior, 2025).

[4] Informações disponíveis em: https://www.pewresearch.org/wp-content/uploads/sites/20/2025/06/SR_25.06.03_views-of-israel_topline.pdf

Dentre os escassos estudos que investigam o apoio ao sionismo no Brasil, sobretudo no recorte temporal do genocídio em Gaza, (Casarões, 2024; Medeiros, 2024; Calfat, 2024; Rossi e Hartmann, 2024), nenhum se propôs a a examinar sistematicamente a opinião pública, seja fazendo uso de dados quantitativos ou qualitativos, limitando-se à intepretação dos discursos, estratégias e posicionamentos de lideranças políticas e religiosas, a partir dos quais, por vezes, extrapolam indevidamente para a população em geral.

Parto da hipótese de que o apoio a Israel, no Brasil, é estruturado por ideologias domésticas que moldam valores e juízos morais. Como o voto capta apenas um reflexo parcial dessas orientações (e pode variar por conjuntura), enquadro também a opinião (avaliação do governo Lula III e rejeição ao PT) enquanto indicadores de disposição ideológica. Operacionalizo essa premissa combinando modelos de regressão sobre o *survey* A Cara da Democracia – para estimar associações entre religião, identificação partidária, avaliação de governo e voto em segundo turno[5] – e grupos focais, que revelam os enquadramentos e justificações que dão lastro a tais atitudes.

O Partido dos Trabalhadores (PT) mantém historicamente uma posição favorável à causa palestina, e, segundo Pontes (2019), a política externa do Brasil entre 2003 e 2010 (governos Lula I e II) refletiu essa orientação ideológica do partido, mais do que uma estratégia de autopromoção internacional. Esse histórico alimenta o antipetismo como variável central desta pesquisa, tornando necessário mensurar tanto a simpatia partidária quanto a avaliação do governo petista em curso. Como mostram os achados de Silva (2019), católicos tendem a demonstrar maior afinidade com o PT do que evangélicos tradicionais e, sobretudo, pentecostais – estes últimos revelam, em média, maior rejeição ao partido e a menor probabilidade de votar no PT nas eleições de 2006 a 2018 (Silva, 2019, p. 26, 32–33). Desse modo, a clivagem religiosa ajuda a explicar a variação no apoio (ou oposição) ao PT e fornece uma chave interpretativa para entender como as identidades religiosas se articulam a posicionamentos sobre política externa e o conflito Israel-Palestina.

[5]A literatura clássica sustenta que identificação partidária e avaliação de governo são preditores centrais do voto (Downs, 1957; Converse, 1964, *apud* Maakaroun, 2017). Como o voto é um desfecho conjuntural - afetado por oferta de candidatos, regras eleitorais e custos de participação -, tomo a opinião como indicador mais próximo das disposições ideológicas que estruturam tais escolhas, usando o voto apenas como evidência complementar.

A exemplo desta relação político-religiosa, no dia 21 de abril de 2024, apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro reuniram-se em manifestação pública na famosa Praia de Copacabana (Rio de Janeiro). Entre bandeiras brasileiras e símbolos cristãos, destacou-se a presença ostensiva de cartazes e faixas em solidariedade ao Estado de Israel, colocados lado a lado de bandeiras com "Fora Lula" e de imagens do "Leão de Judá", figura bíblica muito mobilizada pelos neopentecostais. A cena, registrada (Figura 3), ilustra como setores da direita brasileira têm incorporado pautas sionistas ao repertório simbólico de mobilização política. Embora o apoio a Israel seja frequentemente atribuído à influência do evangelismo e da teologia dispensacionalista, o episódio sugere que fatores ideológicos e partidários domésticos – notadamente o antipetismo – também desempenham papel relevante na legitimação de preferências sobre o conflito Israel-Palestina.

Figura 3 – Manifestantes bolsonaristas exibindo bandeiras do Brasil e símbolos de apoio ao Estado de Israel durante ato público em 24 de março de 2024.

Fonte: Fotos da autora, 2024.

Embora a maior parte da literatura associe o apoio a Israel à dimensão religiosa - sobretudo à identificação evangélica com narrativas bíblicas sobre a "Terra Prometida" -, este trabalho propõe adicionar a perspectiva política e ideológica que moldam esse posicionamento

no Brasil contemporâneo. A hipótese central é que o apoio a Israel expressa clivagens internas do campo político brasileiro, e não apenas convicções religiosas. Especificamente, testa-se: (H1) que evangélicos tendem a demonstrar maior apoio ao sionismo; (H2) que eleitores bolsonaristas apresentam maior probabilidade de apoiar Israel e (H3) que indivíduos antipetistas, marcados por uma rejeição afetiva e ideológica à esquerda, também são mais propensos a apoiar o sionismo. Ao integrar essas dimensões, o estudo busca evidenciar como o apoio a Israel, no Brasil, reflete antes de tudo a tradução política de divisões ideológicas domésticas.

Como o interesse deste estudo se destina à percepção de brasileiros sobre o genocídio, foi realizada também busca sistemática na plataforma Publish or Perish, com base em descritores que articulam Gaza, opinião pública e genocídio. A pesquisa identificou inicialmente 74 trabalhos, reduzidos a 22 após o recorte temporal (2023–2026). A triagem por títulos e resumos revelou uma lacuna significativa na literatura: apenas um estudo apresentou alguma aderência indireta ao tema, enquanto os demais se concentravam em enquadramento midiático, cobertura jornalística ou política externa, sem mobilizar dados de opinião pública. Esse resultado evidencia a ausência de pesquisas que investiguem, de forma empírica, como a população interpreta o conflito em Gaza em termos normativos. Nesse sentido, o presente trabalho se insere de maneira pioneira ao analisar a opinião pública brasileira sobre o genocídio em Gaza, contribuindo para preencher uma lacuna relevante na Ciência Política ao deslocar o foco analítico para as percepções sociais sobre conflitos internacionais.

Esta dissertação organiza-se da seguinte forma: a Introdução apresenta o problema, os objetivos e o argumento central sobre como religião e ideologia estruturam o apoio a Israel no Brasil; a Metodologia detalha o desenho misto, com modelos de regressão logística aplicados ao survey *A Cara da Democracia* e grupos focais em painel; o Capítulo 1, Transição religiosa, evangélicos e sionismo cristão no Brasil, reconstrói a mudança do campo religioso e suas implicações político-eleitorais; o Capítulo 2, Sionismo à brasileira: aspectos religiosos e políticos, mapeia a formação, circulação e apropriações do sionismo no país; o Capítulo 3, Ideologias brasileiras e apoio a Israel, discute enquadramentos domésticos e se desdobra em Bolsonarismo e sionismo em fagocitose ideológica e Governos petistas, apoio à Palestina e antipatia sionista; o Capítulo 4, Resultados, traz evidências do discurso público e da opinião

medida no survey, além das Evidências empíricas de grupo focal; por fim, a Conclusão sintetiza achados, limites e agendas de pesquisa

1 METODOLOGIA

Este trabalho combina dois tipos de dados empíricos, os quantitativos, provenientes de pesquisas de opinião (surveys), que nos permitem estimar associações entre preferências e dados socioeconômicos com significância estatística no âmbito nacional; e os qualitativos, gerados por grupos focais, capazes de revelar nexos interpretativos, repertórios morais e enquadramentos discursivos que raramente são capturados por pesquisas quantitativas.

As três hipóteses centrais são: (i) o pertencimento evangélico associa-se positivamente ao apoio ao sionismo; (ii) o alinhamento ao bolsonarismo (voto em Bolsonaro no 2º turno) eleva a probabilidade de apoio; e (iii) o antipetismo, mensurado como rejeição explícita ao PT, captura uma dimensão afetivo-ideológica que também aumenta essa probabilidade. Para separar esses componentes, estimarei modelos logísticos em que o apoio ao sionismo é a variável dependente e religião, voto, avaliação do governo e rejeição partidária as variáveis independentes, além de controles sociodemográficos.

A variável de apoio ao "conflito" Israel–Hamas será transformada em binária[6]. O valor 0 corresponde aos respondentes contrários ao "conflito", enquanto 1 agrega todas as respostas "não contrárias", ou seja, favoráveis, ambíguas ("depende") ou neutras ("não sabe/não respondeu"). Essa recodificação permite estimar a probabilidade de um indivíduo manifestar algum grau de aceitação ao "conflito" em contraste com a oposição explícita. O modelo inicial foi estimado por regressão logística, apropriada para variáveis dependentes de natureza dicotômica. As variáveis independentes incluem religião, voto em 2022, antipetismo, avaliação do governo Lula, escolaridade, renda, idade, raça, região e sexo. Para a etapa quantitativa, as principais variáveis foram recodificadas de modo a assumirem formato binário, permitindo a aplicação de modelos de regressão logística e de técnicas de pareamento (matching). A avaliação do governo Lula foi transformada em variável dicotômica, com valor 1 para

[6] Na etapa descritiva, optou-se por apresentar os resultados a partir da formulação mais direta da pergunta do survey — apoio ou oposição à guerra/conflito — por se tratar da forma mais intuitiva de introduzir o fenômeno ao leitor e permitir a visualização inicial dos padrões de opinião pública. Na etapa inferencial, contudo, a variável foi recodificada para captar oposição ou apoio ao sionismo, pois esta dimensão corresponde mais diretamente ao problema teórico central da pesquisa, que busca compreender o alinhamento ideológico e político em relação a Israel no contexto brasileiro. Trata-se, portanto, de uma mudança de operacionalização analítica da mesma atitude subjacente, e não de alteração do objeto empírico, uma vez que ambas as medidas derivam do mesmo conjunto de respostas e captam posições correlatas no debate público.

avaliações positivas (“ótimo” e “bom”) e 0 para neutras ou negativas (“regular”, “ruim” e “péssimo”). O voto em Bolsonaro 2º turno de 2022 foi codificado como 1 para eleitores do ex-presidente e 0 para os demais eleitores no segundo turno de 2022. Por fim, o antipetismo foi definido de forma estrita, recebendo valor 1 quando o(a) entrevistado(a) declarou não gostar de algum partido e indicou especificamente o PT, e 0 para os demais casos. Essa padronização permitiu a comparação direta entre modelos, a interpretação dos coeficientes em termos de probabilidades e razões de chances, e o controle consistente de efeitos cruzados entre religião, ideologia e comportamento eleitoral. A estratégia de identificação baseia-se na seleção em observáveis (Keele, 2015), buscando mensurar os efeitos médios das variáveis políticas e religiosas sobre o apoio ao “conflito” a partir de associações condicionais controladas.

Ciente da forte correlação entre bolsonarismo, antipetismo e avaliação do governo, o desenho empírico adota, como estratégia principal, modelos logísticos hierárquicos estimados em blocos, seguidos de técnicas de pareamento por escore de propensão (Propensity Score Matching – PSM) como procedimento adicional de robustez. Em um primeiro momento, foram estimadas regressões logísticas sequenciais, nas quais variáveis religiosas, políticas e sociodemográficas foram introduzidas progressivamente, permitindo comparar os Average Marginal Effects (AMEs) e avaliar a estabilidade dos coeficientes entre especificações. O objetivo dessa etapa foi identificar se os efeitos observados permaneciam consistentes à medida que novos fatores potencialmente correlacionados eram incorporados ao modelo.

Em um segundo momento, o pareamento foi empregado não como estratégia de identificação causal, mas como forma de reduzir o desequilíbrio entre grupos em características observáveis. Como destacado pela literatura metodológica, o matching constitui uma estratégia de seleção em observáveis e não elimina vieses decorrentes de fatores não mensurados (Keele, 2015; Ho et al., 2007). Seu uso, neste trabalho, tem como finalidade verificar se os resultados obtidos nos modelos principais permanecem quando comparados indivíduos com perfis semelhantes. O PSM foi realizado pelo método *nearest neighbor*, com pareamento exato por escolaridade e inclusão, no escore de propensão, de variáveis religiosas, políticas e sociodemográficas associadas simultaneamente ao voto em Bolsonaro e ao apoio ao sionismo.

A reestimação dos modelos na amostra pareada permite avaliar se o efeito do bolsonarismo persiste entre indivíduos comparáveis em termos de religião, antipetismo e perfil social. Assim, o uso combinado de regressão logística e *matching* não pretende produzir

inferência causal definitiva, mas testar a consistência dos resultados sob diferentes especificações, fortalecendo a validade interna dos achados e reduzindo a possibilidade de que as associações observadas decorram apenas de heterogeneidade observável entre os grupos comparados.

Os grupos focais, conforme descrito por Paula e Sampaio (2024). no *Manual de Introdução às Técnicas de Pesquisa em Ciência Política*, constituem uma ferramenta qualitativa voltada a compreender como indivíduos constroem coletivamente sentidos, percepções e justificativas em torno de temas políticos. Diferenciam-se de entrevistas por enfatizar a interação entre os participantes, que permite observar como opiniões são negociadas, reforçadas ou modificadas no decorrer da conversa. A técnica pode assumir formatos presenciais, on-line ou híbridos, e sua escolha depende dos objetivos teóricos e práticos da pesquisa. Os autores destacam que os grupos focais *online* – especialmente quando realizados por aplicativos como *WhatsApp* – oferecem vantagens como baixo custo, maior alcance geográfico e redução da artificialidade do ambiente de pesquisa, já que os participantes interagem em um meio cotidiano. Essa modalidade combina interações síncronas e assíncronas, o que favorece respostas mais reflexivas e deliberativas, particularmente em estudos eleitorais e de opinião pública. Além disso, possibilita acompanhar de forma contínua as percepções dos participantes, funcionando como uma espécie de *tracking* qualitativo das atitudes políticas (p. 122-124).

Com base nessa abordagem, os grupos focais mobilizados neste trabalho integram projeto do Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP/IESP-UERJ), responsável pelo Monitor do Debate Público (MDP), cuja metodologia é proprietária e inovadora, tendo em vista que permite aos analistas a possibilidade de acompanhar em tempo real a opinião dos entrevistados sobre temas recentes sem demandar a realização e organização de grupos síncronos. Neste sentido, no MDP, realizam-se grupos focais on-line via WhatsApp, em frequência semanal e acompanhados em painel, com segmentação pela identificação política dos participantes — bolsonaristas convictos e moderados, lulistas, luladescontentes e eleitores de preferência flutuante. Esse desenho permite observar como interações entre

indivíduos de orientações semelhantes produzem sentidos, repertórios morais e enquadramentos discursivos sobre temas de relevância nacional[7].

Ademais, foi conduzida uma busca sistemática na plataforma Publish or Perish (base do Google Scholar) a partir da combinação de descritores voltados à interseção entre o conflito em Gaza, opinião pública e percepção de genocídio, utilizando a *string* booleana ("Gaza") AND ("opinião pública") AND (genocídio) AND ("pesquisa de opinião" OR survey OR enquete). Inicialmente, foram identificados 74 trabalhos. Em seguida, aplicou-se um critério de recorte temporal, restringindo a amostra aos estudos publicados entre 2023 e 2026 — período marcado pela intensificação recente do conflito e pelo aumento da produção acadêmica sobre o tema —, o que resultou em um total de 22 trabalhos elegíveis para análise. O objetivo desta revisão sistemática é mapear e sintetizar a literatura recente que investiga como a opinião pública, em diferentes contextos nacionais, tem interpretado e respondido ao conflito em Gaza, especialmente no que diz respeito à caracterização dos eventos como genocídio, buscando identificar padrões, divergências e determinantes sociopolíticos dessas percepções.

A etapa de triagem subsequente evidenciou, contudo, a escassez de estudos diretamente alinhados a esse objetivo. Após a leitura dos títulos, apenas 4 trabalhos foram considerados potencialmente relevantes por apresentarem alguma proximidade temática. Entretanto, a leitura dos resumos revelou que apenas 1 trabalho — o de Herrmann (2023) — efetivamente contribuía para os propósitos da revisão. Os demais estudos, embora tratassem do conflito israelo-palestino ou de suas repercussões, concentravam-se sobretudo em análises de enquadramento midiático, cobertura jornalística ou dinâmicas de política internacional, sem mobilizar dados de opinião pública ou instrumentos como surveys e pesquisas de opinião, que constituem o foco central desta investigação. O trabalho de Herrmann se destacou por dialogar, ainda que indiretamente, com a dimensão político-ideológica e religiosa que estrutura percepções sobre Israel no Brasil, oferecendo elementos analíticos úteis para compreender os condicionantes da opinião pública no país, especialmente no contexto do governo Bolsonaro.

Esse resultado evidencia a originalidade e a contribuição do presente estudo. A ausência de pesquisas que articulem opinião pública, percepção de genocídio e o conflito em Gaza —

[7] Disponível em: https://mdp.lemep.net.br/relatorios/

sobretudo com base em evidências empíricas — indica uma lacuna importante na literatura recente. Nesse sentido, a análise da opinião pública brasileira sobre o genocídio em Gaza desenvolvida neste trabalho se mostra pioneira, ao deslocar o foco das elites, da mídia e das instituições para as percepções sociais. Ao fazê-lo, o estudo contribui de maneira inédita para o campo da Ciência Política, oferecendo evidências empíricas sobre um tema ainda pouco explorado e abrindo novas possibilidades de investigação sobre os determinantes sociais, ideológicos e políticos das atitudes públicas em relação a conflitos internacionais.

2 EVANGÉLICOS E SIONISMO CRISTÃO NO BRASIL: UMA HIPÓTESE COMUM SOBRE O APOIO DE BRASILEIROS A ISRAEL

A cada ano, cerca de 14 mil novas igrejas evangélicas são abertas no Brasil (Spyer, 2020). Paralelamente, o IBGE constatou que o crescimento da população evangélica está diretamente relacionado à diminuição do número de pessoas que se identificam como católicas. Em 1970, aproximadamente 92% da população brasileira se declarava católica, mas, em 2010, esse percentual caiu para 64,4%. Durante o mesmo período, o número de evangélicos autodeclarados cresceu significativamente, passando de apenas 5% na década de 1970 para cerca de 25% em 2010 (Spyer, 2020).

Spyer (2020) também observa que a transição religiosa no Brasil ocorreu de forma discreta entre o fim do século XIX e meados do século XX. Entretanto, o autor identifica como um momento crucial para a mudança na dinâmica dessa transição a popularização do cristianismo evangélico, associada ao período de seca extrema que afetou o interior da Região Nordeste no final do século XX. As trágicas consequências do período de estiagem provocariam mudanças profundas na composição sociodemográfica brasileira: o país que, antes era majoritariamente rural (80%) passou a ser predominantemente urbano (70%). Até este ponto, pode parecer distante a relação entre transição religiosa e o período de estiagem que assolou o interior nordestino e reconfigurou a distribuição demográfica e, portanto, o perfil do Brasil. Porém, justamente pela tradição católica que os migrantes nordestinos carregavam nas áreas rurais e a impossibilidade de perpetuar suas práticas religiosas diante da realocação geográfica, as igrejas protestantes preenchem a lacuna espiritual que as cidades impõem. Enquanto para se tornar um líder religioso no catolicismo são demandados anos de preparo e estudo, as igrejas protestantes no Brasil formam seus representantes de forma mais acelerada, viabilizando que haja mais líderes protestantes em um menor período de tempo (Spyer, 2020). Segundo o autor, ainda hoje, é possível observarmos que a escassez de padres limita a influência religiosa que a Igreja Católica exerce sobre as áreas urbanas do Brasil, tendo em vista que há uma estimativa de 1 padre a cada 7,8 mil habitantes brasileiros. Além disso, Oosterbaan (2017) observou que havia desigualdade no tratamento entre pessoas escolarizadas e não escolarizadas pela Igreja Católica que não promovia a socialização através de discursos religiosos que se conectassem com a realidade. Este achado faz sentido na discussão sobre a

transição religiosa, uma vez que a escassez de padres e a falta de conexão com a realidade dos fiéis urbanos contribuíram para a migração dos católicos para o culto evangélico, onde as práticas religiosas eram mais acessíveis e relevantes para suas novas vidas. Portanto, Spyer (2020) conclui que nos lugares em que os serviços católicos não chegavam, os cristãos foram atraídos para o culto evangélico a fim de manterem suas práticas religiosas cristãs. É possível, inclusive, observar as migrações internas brasileiras sob a lógica da transição religiosa: a conversão de católicos em evangélicos segue o fluxo dos deslocamentos das zonas rurais para regiões urbanizadas. Este movimento ganha maior velocidade em meados do século XX e acelera ainda mais nas suas últimas três décadas (Spyer, 2020).

No período de redemocratização do Brasil, após a ditadura militar, os grupos religiosos se mobilizaram intensamente nos debates da Assembleia Constituinte. Foi possível, inclusive, observar durante o fim do século XX iniciativas de conciliação entre o socialismo e a religião, tal como prevista por Paul Tillich (1992). Uma destas iniciativas foi a fundação do Partidos dos Trabalhadores (PT) em fevereiro de 1980 (Pinheiro, 2003 e Machado, 2006). As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) também desempenharam um relevante papel no período de transição democrática brasileira (Perani, 1981). O autor destaca que as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) passaram por um processo de politização, deixando de ser apenas grupos religiosos para assumirem um papel ativo nas lutas sociais e populares. Essa politização envolveu a conscientização crítica das causas da opressão e a participação nas reivindicações urbanas. Foi nas eleições de 1982, que os evangélicos passaram a buscar uma representação efetiva nos espaços públicos brasileiros, rompendo com o antigo discurso que afirmava: “crente não se mete em política” (Pierucci, 1996, p. 163). Embora as motivações para essa nova postura sejam diversas, a literatura aponta a ameaça comunista como um dos principais fatores que impulsionaram a ascensão dos pentecostais no Legislativo Federal (Fonseca, 2014; Nishimura, 2002). Segundo Cunha (2022), a principal motivação dos evangélicos — então majoritariamente históricos — era impedir que a Igreja Católica mantivesse seu status de instituição religiosa predominante. Portanto, no momento inicial e, sobretudo, da formulação da nova constituição brasileira, os evangélicos buscavam participar do ambiente político com o objetivo de influenciar decisões que antes apenas a Igreja Católica alcançava (Mafra, 2001; Freston, 2022; Rocha, 2024). Burity (2020) denomina o momento de ascensão dos evangélicos, na década de 1980, de período de minoritização, que teria durado cerca de 15 anos. Este momento inicial dizia respeito à afirmação dos evangélicos como novos

atores políticos, demandantes de participação e reconhecimento frente à ordem hegemônica (católica) e cujo objetivo era influenciar nas políticas que diziam respeito ao seu grupo (Burity, 2020, p. 4).

Entretanto, a mudança religiosa no Brasil não deve ser vista como uma simples alternância entre diferentes "tipos" de cristianismo. Esses grupos se distinguem em diversos aspectos teológicos, e essa diversificação resulta em opiniões divergentes sobre questões latentes na sociedade brasileira. Primeiramente, é imprescindível diferenciar evangélicos históricos dos pentecostais. Essa distinção é abordada por Cunha (2022) como uma noção comum entre a literatura especializada: as origens dos protestantes históricos seria a Europa da Reforma, no século XVI, enquanto as raízes dos pentecostais estariam ligadas aos Estados Unidos no início do século XX. Para Campos (2005), não é possível realizarmos uma análise aprofundada do pentecostalismo e suas demais ramificações no Brasil, sem antes resgatarmos as origens do pentecostalismo nos Estados Unidos. Os movimentos avivalistas seriam a principal diferença entre estes dois tipos de evangelismo – os estadunidenses vivenciaram estes fenômenos a partir de suas aproximações com a cultura afrodescendente e de grupos de trabalhadores de imigrantes europeus. No Brasil, por exemplo, são chamadas de igrejas históricas as filiações batistas, metodistas, presbiterianas e luteranas. Além disso, são diversas as diferenças doutrinárias entre estes grupos[8]: as denominações pentecostais acreditam em uma segunda vinda de Cristo e no acesso aos dons do Espírito Santo no cotidiano. O acesso a tais dons possibilita a cura de males físicos e espirituais. Além disso, o falar em línguas de origem desconhecida (glossolalia), canções animadas, exorcismos – comumente chamadas de guerra espiritual - são exemplos que distinguem o culto evangélico pentecostal (Fernandes, 1998). Exemplos de igrejas pentecostais brasileiras são o Evangelho Quadrangular e suas fragmentações: A Igreja Brasil para Cristo (1956), Igreja Pentecostal Deus é Amor (1962), Igreja Nova Vida (1960) e Assembleia de Deus Vitória em Cristo.

Inegavelmente, a transição religiosa e a perda de poder da Igreja Católica nos países latino-americanos impactam as dinâmicas políticas da região. Em termos eleitorais, em 30 anos, o voto pentecostal quase dobrou, chegando a representar mais de 16% do eleitorado apto

[8] É relevante destacar também que existem cada vez mais diferenças doutrinárias dentre o próprio grupo pentecostal e suas subfiliações.

em 2010 (Araújo, 2022). Os diversos temas do debate público são alvos de divisões entre os cristãos, nesse sentido, a probabilidade de um cristão filiado a uma igreja protestante pentecostal concordar com um aborto em circunstâncias extremas, inclusive com risco de morte para a gestante, é 44% menor do que de um indivíduo adepto às filiações tradicionais do protestantismo e/ou católico (2019, p. 98). Esse dado demonstra que há, dentre os cristãos brasileiros, diferentes posicionamentos diante de um mesmo tema, que tange à temática sensível do aborto diante da doutrina cristã.

Com base em dados da pesquisa ESEB de 2014, Victor Araújo Silva demonstrou que os pentecostais apresentam uma elevada confiança nas lideranças de suas igrejas. Constatou também que os evangélicos pentecostais tendem a frequentar seus templos com maior regularidade do que católicos e evangélicos históricos. Ainda segundo Silva, a alta influência que os líderes religiosos exercem sobre os filiados ao pentecostalismo foi responsável pela heterogeneidade em suas preferências eleitorais até aquele ano (2019, p. 25). Portanto, é razoável supor que, se as lideranças pentecostais se posicionam favoráveis à perspectiva sionista, nada mais natural que a alta confiança e assiduidade nos templos religiosos reflita em um comportamento igualmente favorável nos fiéis.

Ademais, no Brasil, observa-se não apenas uma inversão na dinâmica religiosa entre os cristãos, mas também uma transformação profunda nas relações e dinâmicas internas entre os próprios fiéis evangélicos. Nesse sentido, o pentecostalismo tradicional era marcado por uma postura de afastamento do mundo, herdada de movimentos como o metodismo e o *Holiness*, o que incluía a rejeição à política, vista como corrompida e incompatível com a vida cristã (Mariano, 1999). No entanto, com a adesão crescente de muitos fiéis ao movimento denominado neopentecostalismo, é possível observar um novo comportamento em relação à política. Conforme Mariano (1999) e Cunha (2022), a perspectiva que orientava a conduta dos evangélicos brasileiros, de maneira fundamental, defendia a separação entre o corpo cristão e o corpo mundano. Dentro desse universo, a política se destacava como a manifestação mais evidente dessa divisão, representando a possibilidade de buscar interesses não sagrados por meio do poder. Esse cenário se transforma a partir do crescimento do movimento do neopentecostalismo e sua doutrina. O “apego ao mundo", característica da nova face que tanto cresce no Brasil, também pode ser observado a partir da criação de lojas e empresas voltadas à comercialização de artigos evangélicos (Giumbelli, 2003, p. 215). Segundo Oliveira (2016), o

objetivo deste fiel ultrapassa apenas a relação de intimidade com o sagrado e, portanto, o afastamento em relação ao corpo mundano recebe uma nova perspectiva:

> "O crente neopentecostal não possui somente os anseios de ir viver no céu com Deus, mas busca riquezas na terra. Todo esse desejo é potencializado pelas pregações feitas nos templos de oração, que glorificam o crente que é próspero em detrimento do crente não próspero. Toda a prosperidade só é garantida por meio da fé, sendo o fiel o único responsável pelo seu enriquecimento. Para que a prosperidade seja plenamente atingida, o crente deve orar, jejuar, dar dízimos, comprar livros e até mesmo votar em candidatos que representam os homens de Deus na política." (p. 1549)

Ricardo Mariano (1999) descreve a principal diferença dos fiéis adeptos ao movimento neopentecostal em relação à doutrina clássica pentecostal: o apego ao mundo os divide. O autor observa que, diferentemente do pentecostalismo clássico, centrado na salvação celestial e em uma escatologia marcada pela espera do juízo final, o neopentecostalismo volta-se fortemente para o presente, valorizando a vida terrena e a resolução imediata dos problemas cotidianos. Esse apego ao mundo, promovido por doutrinas como a teologia da prosperidade e do domínio, marca um afastamento da postura ascética e apolítica tradicional, aproximando os fiéis neopentecostais de uma vivência religiosa mais integrada à vida social e política (p. 44).

A participação política seria um desdobramento desta divisão. É a partir do crescimento neopentecostal que é possível percebermos uma mudança nos discursos dos líderes evangélicos, desta vez, a favor da política e de seus debates. O crente passa a ser não só um fiel – que deve prezar pela conduta exemplar – como deve participar dos debates públicos, inclusive, políticos. Podemos afirmar que há uma passagem do status de "antigo cristão" para "novo cidadão" (Oliveira, 2016):

> "Com as mudanças estruturais acarretadas pelo Neopentecostalismo o crente já não é mais visto apenas como um simples evangélico, mas sim como um cidadão a serviço da palavra de Deus. Com a missão de estar presente em todos âmbitos da sociedade levando os verdadeiros ensinamentos de cristo, agora o evangélico se coloca na obrigação de estar presente em esferas em que anteriormente não tinha nem conhecimento de como funciona." (Oliveira, 2016, p. 1548).

Em consonância, Rivera (2017) afirma que a partir do século XXI, o objetivo destes protestantes na política não se limita à mera representação, mas sim à busca pela aprovação de

uma agenda de políticas públicas voltadas para a moralidade religiosa, tal como sua posição em relação a homossexualidade e aborto. Como citado acima, o autor complementa: “O argumento usado hoje para justificar a participação política é que a igreja em todo o mundo está passando por um novo "despertar espiritual", sendo um de seus efeitos "uma revisão do seu papel no mundo"(p. 299).

Oliveira (2016), ao estudar o caso da Assembleia de Deus Vitória em Cristo (ADVEC), analisa a transformação da instituição a partir da ascensão de uma nova liderança, representada por Silas Malafaia. Segundo a autora, Malafaia tem atuado de forma estratégica para ampliar a presença dos fiéis em espaços anteriormente alheios à atuação dos crentes. A criação da Escola de Líderes Vitória em Cristo (ELASVEC) e o investimento na formação religiosa e política dos membros da igreja evidenciam esse esforço. Para Oliveira, há uma intenção clara, por parte de lideranças como Malafaia, de preparar os fiéis para “enfrentar o mundo (profano)”, superando a lógica de isolamento típica do pentecostalismo clássico. Há, inclusive, o movimento de entrada formal de outra instituição religiosa, a Igreja Universal do Reino de Deus, na competição eleitoral com a criação do Partido Republicanos (Cerqueira, 2021).

Nesse mesmo movimento de reconfiguração das fronteiras entre o sagrado e o profano, Montero (2006), ao analisar o caso da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), aponta para uma transformação semelhante no modo como o pentecostalismo lida com o dinheiro. A autora mostra que, especialmente na IURD, o dinheiro deixa de ser apenas um meio para alcançar fins espirituais e passa a ser o próprio objeto de sacrifício e demonstração de fé. Diferentemente das religiões de matriz africana, nas quais o dinheiro opera como um intermediário simbólico, na IURD ele assume centralidade ritual. A oferta financeira torna-se uma forma de aliança com Deus, em que o fiel aceita o risco da privação material esperando, em contrapartida, bênçãos concretas. Essa lógica está diretamente associada à teologia da prosperidade, segundo a qual riqueza, saúde e sucesso seriam sinais visíveis da fé e da salvação (Montero, 2006).

As mudanças observadas na comunidade evangélica brasileira também podem ser analisadas sob a perspectiva do apoio ao estado judeu. Nesse sentido, os chamados “cumprimentos proféticos” potencializam o novo comportamento do grupo que segue a doutrina dispensacionalista para o engajamento político em prol de Israel nos Estados Unidos:

> “Precisamos colocar no governo indivíduos atuantes que não só irão refletir a moral bíblica em suas funções, mas

> também moldarão a política interna e externa de modo a proteger nosso país e nossa maneira de viver. É necessário eleger homens e mulheres que tenham coragem bastante para tomar as difíceis decisões exigidas no sentido de assegurar a sobrevivência de nosso povo. Eles devem estar dispostos a cortar as ostentações do governo, a impedir a exploração do sistema de bem-estar social, a manter nossos compromissos com os nossos aliados e a lutar contra a expansão comunista. Precisamos de pessoas que percebam a importância de uma poderosa força militar a fim de manter a paz para nós e para o que resta do mundo livre"[9] (Lindsey, 1982, p. 137).

Conforme abordado no trecho acerca das manifestações de sionismo cristão em diferentes países, é possível perceber que o Brasil é muito influenciado pelos Estados Unidos em relação às doutrinas protestantes e, portanto, também o é em termos de apoio político ao Estado de Israel com bases religiosas. Wachholz e Reinke afirmam que "Em resumo: a influência do pensamento fundamentalista e dispensacionalista norte-americano foi avassaladora no Brasil" (2020, p. 11). Sobre esta influência, os autores destacam o seguinte trecho como essencial para compreender o que chamamos neste artigo de dinâmica triangular entre Brasil, Estados Unidos e Israel:

> "A igreja faria bem em redescobrir o significado bíblico de Sião. Devemos redescobrir aqueles cristãos heroicos que têm zelo e compaixão por Jerusalém, que batalham contra o racismo, o preconceito e o ódio contra os judeus. Acima de tudo, que a Palavra de Deus nos convença daquilo que o Senhor investiu em Israel (Ez 36). A santidade de Deus e o retorno dos judeus à sua terra deveriam cativar cada crente em Cristo. Sombras de cegueira deveriam ser removidas dos olhos dos desinformados e mal informados. [...] A igreja, o povo judeu, políticos e nações do mundo estão se submetendo a um teste fundamental. Sob o olhar atento de Deus, desempenhos são avaliados e destinos são determinados, com base não só no exercício da nossa fé, mas também no nosso relacionamento com o povo judeu." (BÍBLIA LaHaye, 2005, p. 795 apud Wachholz e Reinke, 2020). [grifo dos autores]

[9] Trecho retirado da obra *Os anos 80, contagem regressiva para o juízo final*, de Lindsey, publicada em 1980. Este texto foi um marco no pensamento dispensacionalista ao associar eventos políticos contemporâneos, como a Guerra Fria e a situação no Oriente Médio, às profecias bíblicas. Na obra, Lindsey argumenta que os acontecimentos daquela década estavam cumprindo sinais proféticos que indicavam a iminência do juízo final, conforme descrito no Livro de Apocalipse. O autor, influente no meio protestante americano, também se envolveu ativamente em discussões políticas, chegando a contatar militares no Pentágono para compartilhar suas previsões sobre uma possível Terceira Guerra Mundial, refletindo a fusão entre religião e política característica de sua abordagem.

Para Wachholz e Reinke, o trecho de LaHaye é uma ilustração do comportamento exemplar que um evangélico deve ter em relação ao estado judeu e à causa judaica.

> "LaHaye resume o quão comprometido o cristão deve ser com a causa judaica no que se refere à sua questão nacionalista. O zelo bíblico deve levar inevitavelmente à luta contra o ódio aos judeus, mas mais do que isso: os destinos eternos dos cristãos não são baseados apenas na fé – abandona-se o sola fide da tradição reformada –, mas na forma como eles se relacionam com a atual nação de Israel." (2020, p. 12)

Sendo assim, os primeiros parlamentares pentecostais eleitos no Brasil eram ideologicamente variados e com uma agenda política pouco coerente e consolidada entre si. Burity (2020, p. 9) observa que o engajamento político pentecostal no Brasil foi marcado por um pragmatismo voltado mais para a conquista de visibilidade e ocupação de espaços do que para a afirmação de um projeto de sociedade ou de uma agenda coerente. Em geral, posturas de oposição não foram centrais para os pentecostais, que tradicionalmente rejeitavam a participação pública e viam o voto como mera obrigação. Contudo, com o tempo, a experiência política gerou variações internas de posicionamento, revelando tensões e divergências no grupo diante das disputas concretas e da lógica estratégica da política.

Entendendo esse processo de tomada de decisão dos pentecostais em participar ativamente da política como complexo devido às suas múltiplas causas, consideramos ser relevante analisar tal engajamento em etapas. Neste sentido, chamamos o período inicial de etapa de desbravamento dos pentecostais no espaço político – o momento em que estes decidem que o afastamento do fiel da administração dos negócios públicos é pior, por mais mundano que seja, do que sua altivez neste local (Fonseca, 2014, p. 281-283). Em consonância, Burity (2020) divide a ascensão dos evangélicos ao poder político brasileiro em três momentos. Os primeiros quinze anos são chamados de processo de minoritização – emergência e afirmação de uma voz própria em busca de reconhecimento e representação – (p. 4). Em seguida, este grupo religioso esteve aliado a uma coalizão de centro-esquerda, no período entre 2002 e 2015. Burity destaca Lula da Silva e Dilma Rousseff como lideranças políticas responsáveis por tal aproximação O autor aponta que neste momento houve discretas participações pentecostais em posições do governo " (assessorias de alto nível, funções de direção executiva em ministérios ou secretarias, mandatos de prefeitos e governadores, etc.)" (Burity, 2020, p. 4-5). Por sua vez, o terceiro e atual momento foi iniciado a partir de 2014, com o *impeachment* da então

Presidente Dilma Rousseff. Houve uma inflexão no perfil do pentecostalismo brasileiro, que passou a abandonar sua postura inicialmente acomodada e pragmática para adotar um posicionamento mais confrontador, especialmente em relação à ampliação de direitos de minorias. Esse movimento se expressou principalmente na oposição às pautas de justiça de gênero, direitos sexuais e reprodutivos, proteção das comunidades LGBTQIA+ e promoção da igualdade étnico-racial. Nesse último caso, a resistência se relaciona à percepção, por parte de setores pentecostais, de que políticas culturais e ações afirmativas favoreceriam as religiões afro-brasileiras em detrimento de sua própria presença no campo religioso (Burity, 2020, p. 5).

É nesta terceira fase de participação política dos pentecostais que podemos observar a consolidação de uma agenda própria do grupo. O autor aponta que: "Pero el rasgo más destacado en este tercer período ha sido la fuerte articulación de esa agenda moral por un lado, la posición anti minoritaria por otro, y las posiciones ultra liberales en economía que no correspondían al perfil pentecostal hasta entonces construido." É a partir dessa consolidação que os pentecostais organizam, inclusive, candidaturas à presidência (Pastor Everaldo Dias em 2014). Burity (2020) adiciona que a "ameaça comunista" passa a cumprir função importante na dinâmica político-religiosa dos pentecostais, de forma que o autor atribui tal importância à influência dos Estados Unidos na construção das igrejas pentecostais brasileiras e seus desdobramentos. Em consonância, Benjamin (2014) afirma que a consolidação dos evangélicos como grupo parlamentar de direita teve como principal causa a reação ao que chamamos de crise moral. Neste sentido, o autor observa que a passagem de um grupo da sociedade civil que despreza a política e políticos para um setor engajado em ocupar as instituições democráticas do país foi impulsionada pela noção de que a "a esquerda radical queria liberar tudo" (Cowan, 2014, p. 103).

Por fim, a religião também desempenhou um papel crucial na ascensão da extrema-direita no Brasil e na América Latina. Esse fenômeno ficou ainda mais evidente nas eleições de 2022 no Brasil, que consolidaram a centralidade da religião na vida pública, tanto pelos valores e crenças que ela promove quanto pelos temas que defende (Côrtes, 2021). Nishimura (2002) já havia demonstrado o posicionamento dos evangélicos em relação aos temas centrais do debate público (homossexualidade, aborto, posição social da mulher e hierarquização da sociedade) e constado que este grupo se posiciona de forma conservadora.

3 SIONISMO À BRASILEIRA: ASPECTOS RELIGIOSOS E POLÍTICOS

O pensamento sionista no Brasil emergiu no início do século XX, trazido por imigrantes judeus que buscavam preservar sua identidade nacional - por mais que ainda não houvesse um Estado judeu - judaica em diáspora (Falbel, 2008). Inicialmente, o movimento organizou-se em torno de associações como a Tiferet Sion (1913) e da imprensa judaica, como a revista *A Columna* (1916), que difundia o ideal de um Estado judaico na Palestina. Esse sionismo pioneiro, ainda distante das polarizações políticas contemporâneas, tinha caráter comunitário e cultural, buscando unir judeus asquenazes e sefarditas em torno de um projeto identitário (Bartel, 2012). Nesse período, como destaca Bartel (2012), o movimento enfrentava resistências internas - especialmente de judeus progressistas vinculados ao *Bund*, que rejeitavam o projeto de Estado nacional em favor da integração cultural nos países de residência. Essas tensões, no entanto, eram de natureza comunitária e ideológica (sionistas vs. socialistas). Ainda assim, esse embate inicial revela como o sionismo no Brasil sempre foi um campo de disputa, embora seus termos tenham se transformado radicalmente ao se articular com a polarização direita-esquerda no século XXI.

A instrumentalização do sionismo pelo bolsonarismo revela uma dinâmica interessante: enquanto o PT historicamente alinhou-se à causa palestina (Pontes, 2019), setores conservadores adotaram a defesa de Israel como parte de um repertório anti-esquerdista (Herrmann, 2024). Essa associação foi visível em manifestações como a de 24 de março de 2024, quando símbolos sionistas apareceram ao lado de bandeiras brasileiras e de discursos antipetistas. Tal fenômeno sugere que, para parte da direita brasileira, o apoio a Israel não decorre apenas de crenças escatológicas (Reinke, 2023), mas também de uma oposição ao PT e a suas posições internacionais (Gherman, 2022; Herrmann, 2023). Se no início do século XX o movimento buscava construir uma identidade judaico-brasileira, hoje ele é mobilizado como um marcador de alinhamento ideológico - evidenciando como o antipetismo pode ressignificar até mesmo causas transnacionais.

No entanto, ao longo do século XX, o sionismo no Brasil foi gradualmente assimilado por narrativas políticas mais amplas. A exemplo disso, durante o governo Bolsonaro (2019-2022), o apoio a Israel tornou-se um marcador ideológico da direita brasileira (Wachholz;

Reinke, 2020), associado não apenas a convicções religiosas – como o sionismo cristão evangélico – mas também ao antipetismo. Essa apropriação política contrasta com as origens do movimento, que, como destacam Bartel (2010) e Falbel (2008), surgiu como uma resposta à diáspora judaica, não como um instrumento de polarização partidária.

O crescimento das manifestações sionistas no Brasil está associado à convergência entre transformações religiosas e dinâmicas políticas recentes. A transição religiosa, marcada pela redução do catolicismo e pela expansão das igrejas evangélicas — especialmente pentecostais e neopentecostais — produziu novas formas de pertencimento comunitário e favoreceu a formação de um eleitorado conservador com crescente presença institucional (Pierucci, 1996; Mafra, 2001; Spyer, 2020; Araújo, 2021). Esse processo intensificou a politização do campo evangélico e sua aproximação com agendas morais e geopolíticas da direita cristã, movimento que se aprofundou com a ascensão da extrema-direita no Brasil a partir de 2018. Nesse contexto, o apoio ao Estado de Israel passou a integrar o repertório simbólico e político de parte dessas lideranças, manifestando-se tanto em discursos públicos quanto em iniciativas diplomáticas e políticas durante o governo Bolsonaro (Burity, 2020; Côrtes, 2021; Wachholz e Reinke, 2020; Herrmann, 2024).

O bolsonarismo, por sua vez, fomentou um ambiente político fortemente polarizado, marcado pelo antipetismo como elemento mobilizador (Nicolau, 2020). Dado que os governos petistas historicamente mantiveram uma postura de solidariedade à Palestina (Pontes, 2019; Santos, 2014), observa-se que parte do apoio a Israel se construiu também como uma forma de reação simbólica e política contra as pautas defendidas pela esquerda brasileira. Assim, ser bolsonarista e evangélico passou a constituir uma combinação que, conforme apontam Wachholz e Reinke (2020), aumenta significativamente a probabilidade de adesão ao discurso sionista e à legitimação das políticas israelenses.

Conforme demonstrado por Rossi e Hartmann (2024), a análise do comportamento digital dos senadores da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) entre outubro de 2023 e fevereiro de 2024 revela como o apoio à Israel foi instrumentalizado como marcador ideológico no contexto da polarização política brasileira. As 175 postagens analisadas no Instagram desses parlamentares apresentaram um padrão discursivo que associava a defesa incondicional de Israel à oposição ao governo Lula, com menções a "Hamas" (79 vezes) superando em mais de dez vezes as referências à "Palestina" (apenas 6 citações). Essa assimetria lexical não apenas

reflete a influência do sionismo cristão – que, segundo Machado e Mariz (2023, p. 16-17), promove uma visão maniqueísta do “conflito” –, mas também evidencia a apropriação do tema pelo bolsonarismo como recurso de mobilização política.

O momento decisivo dessa dinâmica ocorreu após o discurso do presidente Lula em 18 de fevereiro de 2024, quando a comparação entre as ações israelenses em Gaza e o Holocausto gerou reações imediatas da FPE. Como observado na pesquisa de Rossi e Hartmann (2024, p. 138), senadores como Eduardo Girão (NOVO) e Magno Malta (PL) articularam críticas ao governo federal com defesas explícitas de Israel, muitas vezes vinculando-as a elogios ao ex-presidente Bolsonaro - mencionado 34 vezes nos textos analisados. Essa convergência sugere que, para parte significativa da bancada evangélica, o posicionamento sobre o conflito israelo-palestino deixou de ser uma questão de política externa ou convicção religiosa para se tornar um elemento na polarização contra o PT, replicando no Brasil o fenômeno do "sionismo de direita" observado nos EUA na era Trump (Machado et al., 2021, p. 17).

A manifestação na Avenida Paulista, em 25 de fevereiro de 2024, organizada por setores bolsonaristas e marcada pela forte presença de bandeiras e outros símbolos israelenses, sintetiza essa lógica de acoplamento entre pautas domésticas e a defesa de Israel. Como mostram Rossi e Hartmann (2024, p. 140), o evento articulou antipetismo e pró-Israel segundo o roteiro das “Marchas por Israel” descritas por Machado et al. (2021, p. 2) em outros países latino-americanos. Esse enquadramento dialoga com a trajetória de aproximação de Jair Bolsonaro com a comunidade judaica (Gherman e Klein, 2019) e, simultaneamente, com a comunidade evangélica (Herrmann, 2024), reforçando a conversão de signos religiosos e geopolíticos em marcadores políticos domésticos.

Com base no argumento desenvolvido por Carranza, Machado e Mariz (2023), o sionismo cristão pode ser compreendido como um conjunto de interpretações teológicas e práticas políticas que atribuem centralidade religiosa e escatológica ao Estado de Israel. Nesse enquadramento, Israel é interpretado como parte do plano divino narrado nas escrituras bíblicas, o que leva segmentos do cristianismo — especialmente no campo evangélico — a mobilizar apoio político, simbólico e material ao Estado israelense. No contexto brasileiro, esse fenômeno assume um caráter expansionista, manifestado na tentativa de difundir amplamente entre comunidades protestantes a ideia de que a defesa de Israel constitui um dever religioso e moral. Como observa Reinke (2023), essa expansão não se restringe à esfera devocional, mas

envolve também formas organizadas de mobilização social e política, incluindo a promoção de viagens religiosas a Israel, eventos públicos, campanhas de conscientização e a circulação de materiais que reforçam narrativas pró-Israel. Dessa forma, o sionismo cristão passa a integrar a identidade religiosa de parte do campo evangélico, construindo redes transnacionais de solidariedade religiosa ancoradas na crença de que Israel ocupa papel central na escatologia cristã (Reinke, 2023, p. 4-5; Carranza; Machado; Mariz, 2023).

Ao mesmo tempo, essa estrutura interpretativa produz consequências importantes para a forma como o conflito Israel-Palestina é representado nesses discursos. Reinke (2023) argumenta que, dentro dessa lógica teológica, os palestinos frequentemente aparecem como obstáculos à realização das promessas divinas associadas à Terra de Israel, o que contribui para processos de invisibilização ou desumanização de sua experiência histórica e política. Nessa perspectiva, a leitura profética da Bíblia tende a priorizar a restauração territorial de Israel como parte do cumprimento das profecias, relegando a segundo plano as reivindicações políticas e os sofrimentos da população palestina. Assim, o sionismo cristão não apenas articula apoio religioso ao Estado israelense, mas também estrutura uma narrativa moral e política que reorganiza a interpretação do conflito a partir de categorias teológicas específicas. Dessa forma, o sionismo cristão exerce uma influência significativa sobre o imaginário coletivo acerca do Oriente Médio, contribuindo para a desumanização dos palestinos e de outros povos árabes. Essa perspectiva é alimentada por uma narrativa que retrata Israel como a única nação legítima e abençoada por Deus, enquanto os árabes são frequentemente vistos como obstáculos à realização das promessas divinas[10]. O discurso escatológico que permeia o sionismo cristão tende a deslegitimar as reivindicações dos palestinos, apresentando-os como antagonistas em uma batalha espiritual e política que, segundo essa visão, é parte do plano divino para a redenção do mundo (Wachholz; Reinke, 2020, p. 265). Essa construção simbólica não apenas marginaliza as vozes árabes, mas também perpetua estereótipos que dificultam a compreensão das complexidades do conflito, reforçando uma visão maniqueísta que favorece a narrativa sionista em detrimento da dignidade e dos direitos dos povos árabes na região.

[10]A Ciência Política frequentemente retrata Israel como a única democracia do Oriente Médio. Sobre essa visão predominante, Ilan Pappe (2022) argumenta que, ao afirmar equivocadamente que Israel é a única nação democrática da região, contribui-se para a legitimação da expansão territorial israelense e para a desumanização dos povos vizinhos.

Além disso, as diferentes expressões do sionismo cristão no Brasil – clássico, novo e simbólico-afetivo – se disseminaram em ambientes pentecostais e carismáticos, mobilizando interpretações escatológicas e afetivas que reforçam o apoio a Israel por razões teológicas e políticas (Reinke, 2023; Machado et al., 2022). Essa multiplicidade de motivações revela, conforme Burity (2015), que a pluralização religiosa brasileira não é apenas local, mas parte de um processo global de reconfiguração dos vínculos entre religião e política. Em complemento, quando a ameaça é percebida como existencial, o engajamento nesse apoio é tomado como prova da fidelidade do crente ao "povo de Deus"; a associação estreita com Israel se organiza em torno de valores e comunidade, ancorada em um sionismo bíblico - e não propriamente político (Amstutz, 2023; Miller, 2014, apud Calafat, 2024).

Para organizar as múltiplas expressões do sionismo cristão, Paul Freston (2020) propõe cinco tipos ideais. O primeiro é o "profético", que coloca no centro as profecias bíblicas do Antigo Testamento e o papel essencial dos judeus no cumprimento do plano divino. Essa visão alimenta tanto um sentimento de "obrigação de pacto" quanto, em situações extremas, um "aprisionamento apocalíptico". O segundo é o "humanista", nascido na esteira dos *pogroms* russos e fortalecido após o Holocausto, motivado por empatia histórica diante do sofrimento judeu e pela ideia da Palestina como refúgio. O terceiro é o "civilizacional", que enxerga Israel como parte da civilização ocidental no Oriente Médio. Menos dependente da religiosidade individual, ele se apoia sobretudo em dinâmicas socioculturais. O quarto é o "analógico", bastante presente entre evangélicos norte-americanos, que traçam paralelos entre a trajetória dos israelitas no Antigo Testamento e a história dos Estados Unidos, uma comparação que fortalece a empatia com o Israel contemporâneo. Por fim, há o "islamofóbico", que entende Israel como bastião de resistência contra o Islã e sustenta seu apoio a partir da ideia de que o mundo islâmico seria um inimigo civilizacional. Daí vem também a concepção de Israel ser a única democracia da região em meio "a um mar bárbaro de muçulmanos e teocracias" (Pappe, 2022).

Por fim, o caráter transnacional e histórico do sionismo cristão no Brasil, associado a referências importadas dos Estados Unidos e ressignificadas no evangelicalismo brasileiro (Carpenedo, 2020), contribui para explicar por que a temática ganhou relevância nos últimos anos, tornando-se um dos símbolos do novo conservadorismo religioso e político. Dessa forma,

a transição religiosa, a ascensão da extrema-direita e a polarização partidária se articulam como fatores centrais que impulsionam a visibilidade e a legitimação do sionismo cristão no país.

Segundo Aquino e Passos (2005), “a religião é um sistema de significados que fornece ao ser humano uma referência de vida, interferindo no seu modo de pensar, sentir e agir no mundo”. Essa dimensão simbólica ajuda a compreender por que certos grupos religiosos constroem vínculos específicos com Israel. A literatura destaca, por exemplo, que os evangélicos dispensacionalistas tendem a assumir uma posição mais intensamente sionista, embora o sionismo cristão internacional não se reduza a essa matriz teológica (Machado et al., 2022, p. 228). Nesse horizonte, a fala de Viviane Costa e André Reinke (2025), pesquisadores e atuantes, como fiéis, na comunidade pentecostal, traduz a motivação mais ampla desse engajamento: “Amamos Israel porque amamos a Bíblia” (p. 9; 251).

O turismo religioso para Israel combina dimensões comerciais e espirituais (Reinke, 2025). O que leva tantos brasileiros a atravessar o oceano rumo a um país distante e frequentemente marcado por conflitos armados é menos o apelo turístico convencional e mais a força da narrativa bíblica, o imaginário da Terra Santa. Nesse sentido, ganha destaque a realização da *Marcha para Jesus* em Israel, um evento cristão organizado em um país de maioria judaica e institucionalmente definido como judeu. Assim como Alencar (2005), Reinke também descreve o fenômeno de centenas de caravanas que anualmente se deslocam do Brasil com destino a Israel como uma “febre peregrinadora” entre os evangélicos e muito popular igualmente entre os demais cristãos.

No entanto, não são apenas as viagens à Terra Santa ou a incorporação de símbolos judaicos nas práticas evangélicas que podem ser vistos como efeitos colaterais do sionismo cristão. Dou um passo atrás e retorno à literatura que circulou com força, sobretudo entre as décadas de 1970 e 1990, entre lideranças evangélicas alinhadas aos princípios do dispensacionalismo. Nesse período, livros como *Maranata*, *A grande agonia do planeta Terra*, *Gogue e o Anticristo*, *Em defesa de Israel* e *A importância de Israel* marcaram gerações de pastores e fiéis (Reinke, 2025). Essas obras não apenas reforçaram a ideia de que o destino da humanidade estava ligado ao cumprimento de profecias bíblicas em Israel, mas também moldavam uma visão de mundo em que o apoio político ao Estado israelense era entendido como dever espiritual. Essa literatura ajudou a formar a percepção destes líderes em relação

aos acontecimentos contemporâneos, muitas vezes sendo convidados a opinar sobre conflitos regionais sob a perspectiva dispensacionalista (p. 41-44).

Reinke (2025), no entanto, destaca que a paixão dos evangélicos, sobretudo pentecostais, por Israel não é correspondida. Segundo o autor, o imaginário de Israel e a assimilação de símbolos judaicos por parte das comunidades evangélicas brasileiras compõem uma espécie de amor unilateral, que, no entanto, não é reciprocado pelos judeus. Estes, muitas vezes, afirmam considerar ridícula a utilização de símbolos e rituais judaicos nas igrejas e manifestações políticas e de fé pentecostais. Baseado em um conjunto de entrevistas em profundidade com líderes religiosos pentecostais e judeus, o autor conclui que a identificação desses grupos ocorre apenas no campo discursivo, tendo em vista que sequer há convivência entre eles. A imagem, portanto, que os evangélicos possuem de Israel não está ancorada em relações reais mútuas, mas sim do imaginário construído a partir de uma interpretação particular dos textos bíblicos (p. 207).

Neste trabalho, utilizo a expressão *sionismo à brasileira* para designar a maneira como o sionismo foi apropriado e ressignificado no contexto político e religioso do Brasil contemporâneo. Embora a adesão de grupos evangélicos à defesa de Israel não seja um fenômeno exclusivo do país, o caso brasileiro merece ser observado devido a intensidade com que essa identificação se articula à política interna e se converte em marcador de pertencimento ideológico. Trata-se de uma tradução local de um repertório global: uma forma de sionismo cristão que, aqui, adquire formato próprio ao se fundir com o bolsonarismo, o antipetismo e a lógica da polarização. Ao nomeá-lo "à brasileira", proponho evidenciar esse entrelaçamento singular entre fé, nação e disputa partidária - ponto que será desenvolvido nos capítulos seguintes a partir da análise empírica. No próximo capítulo demonstrarei como o sionismo e o sionismo cristão se relacionam com a política doméstica.

4 IDEOLOGIAS E APOIO A ISRAEL

Este trabalho parte da pergunta sobre em que medida percepções brasileiras a respeito de Israel e do genocídio em Gaza são moldadas por clivagens políticas domésticas, para além de repertórios estritamente religiosos. Em vez de assumir a primazia do fator religioso, examino se e como identificações ideológicas e partidárias — em especial o bolsonarismo e o antipetismo — operam como canais de tradução e circulação de sentidos pró-Israel no espaço público. A seção testa a hipótese de que o discurso sionista (político e religioso) possa ter sido reapropriado por segmentos da direita cristã e do anticomunismo, investigando se essa possível convergência produz marcadores simbólicos de pertencimento (ordem, segurança, fé) e com que intensidade.

Em análise sobre os desdobramentos do 7 de outubro e do genocídio no Brasil, Calfat (2024) sustenta que os eventos no Oriente Médio não apenas incidem sobre o debate político doméstico, como também são mobilizados pelas lideranças para potencializar sua atuação:

> "Menos do que dizer que as elites políticas brasileiras importam o conflito israelo-palestino para suas próprias disputas domésticas, intrometendo-se em assun-tos alheios, a análise do arcabouço que sustenta tais alinhamentos demonstrará que essas lideranças ressignificam e se alavancam politicamente a partir desses eventos." (p. 45)

Uma segunda contribuição de Calfat (2024) ajuda a entender o enquadramento simbólico de Israel no imaginário brasileiro, especialmente quando associado a valores civilizacionais e à polarização doméstica:

> "Na medida em que a imagem israelense vai sendo associada ao bastião democrático e à exceção regional em meio a um Oriente Médio belicoso, forja-se uma identidade israelense essencialmente branca e colada à imagem liberal e ocidental. Paradoxalmente, esse Israel imaginado despe-se inclusive de seu caráter judaico, dando espaço a posturas mais excludentes e segregacionistas." (p. 49)

Assim, proponho que o apoio ao sionismo no Brasil, em termos políticos internos, pode ser visto da seguinte forma: bolsonaristas se articulam ao sionismo a partir de uma dupla relação – política e religiosa – e antipetistas se opõem ao posicionamento histórico

dos Partido dos Trabalhadores e, por isso, se aproximam da defesa de Israel nos conflitos com a Palestina.

4.1 Bolsonarismo e sionismo em fagocitose ideológica

Enquanto deputado federal, Jair Bolsonaro passou a tratar Israel com admiração explícita, articulando o tema à sua crítica aos governos petistas. Inicialmente, enquadrou a política externa de Dilma Rousseff como conivente com "ditaduras" e avessa à liberdade; em seguida, ampliou o ataque ao afirmar que Lula teria se aproximado de dirigentes iranianos e apoiado a produção de armas nucleares com o propósito de "varrer" Israel (Brasil, 2015, apud Herrmann, 2024).

Em um segundo momento, as declarações passaram a ser em tom de admiração mais explícito. Em 2016, após uma viagem ao país, Bolsonaro destacou a superioridade tecnológica e de segurança de Israel, apesar das grandes dificuldades geográficas e climáticas. A comparação permitiu ao então deputado afirmar que o Brasil, apesar de possuir grande biodiversidade e recursos naturais, não tem a fé necessária para prosperar. A escassez israelense é superada por seu povo que sempre esteve ao lado de Deus (Bolsonaro, 2017 *apud* Herrmann, 2024).

Por mais que Israel e menções explícitas ao sionismo não estivessem no programa de governo de Bolsonaro como candidato à presidência em 2018, Oliveira (2018) destaca que os vídeos virais do deputado falando sobre o país foram compartilhados nas redes sociais de campanha. Viralizar conteúdos como estes ajudaram a construir a imagem de Bolsonaro como candidato que levaria à frente as aspirações sionistas cristãs, tão importantes para o segmento evangélico liderado por princípios pentecostais (Herrmann, 2024; Casarões, 2021).

Ainda em campanha eleitoral, Bolsonaro buscou aproximar-se da comunidade judaica (Gherman, 2022). Dois eventos desta aproximação são conhecidos pelos jornais: na Hebraica do Rio de Janeiro, Bolsonaro proferiu falas racistas contra quilombolas - repudiadas em nota pelo clube - e uma tentativa de palestra em 2017 no mesmo clube de São Paulo - cancelado

após protestos de parte da comunidade[11]. Michel Gherman (2022) propõe que essa aproximação de Bolsonaro com o judaísmo deve ser entendida como uma tentativa de colonização dessa tradição pelo bolsonarismo. A partir do conceito de "não judeu judeu"[12], o autor argumenta que o interesse bolsonarista estaria justamente em explorar essa aproximação. Enquanto o "judeu não judeu" seria deixado fora da equação de interesse bolsonarista o "não judeu judeu" é de extrema importância em termos eleitorais. Diferencio-me dessa interpretação ao sugerir que, mais do que uma tentativa de colonização, Bolsonaro obteve êxito em alinhar-se à ideologia sionista. Ainda que o sionismo não abarque a pluralidade de vertentes políticas existentes na comunidade judaica, é inegável que se consolidou como ideologia hegemônica. Analisando a obra de Gherman, Sergio Schargel (2024) propõe:

> "A aproximação de Bolsonaro com a comunidade judaica, bem como a utilização e apropriação de seus símbolos, adota dupla função: por um lado promove uma catarse sobre a sua imagem, inevitavelmente ligada a episódios passados de antissemitismo e até nazismo; por outro, enseja um flerte com uma comunidade muito maior e politicamente mais poderosa do que a judaica: os neopentecostais." (p. 4)

Gherman (2022) sugere ainda que a visita de Bolsonaro a um clube judaico em 2017 serviu para "higienizar" sua imagem (p. 160), até então marcada por declarações que flertavam com o nazismo. Em uma única noite, ao entrar em uma instituição judaica, Bolsonaro conseguiu dois efeitos: atrair a simpatia dos evangélicos sionistas – ansiosos pela volta de Jesus a qualquer custo - e conquistar a confiança de parte da comunidade judaica, antes desconfiada. Foi, por assim dizer, dois coelhos com uma cajadada só: em um único gesto, acenou para a ideia de uma civilização judaico-cristã unificada.

No entanto, o movimento *Judeus contra Bolsonaro* surgiu e propunha que a postura do candidato com este segmento seria, na verdade, uma aproximação simbólica, pois o público

---

[11] O posicionamento da CONIB a favor das minorias e contrária ao comportamento do candidato no evento da Hebraica Rio gerou o rompimento de bolsonaristas judeus com a instituição, fundando o Associação Sionista Brasil Israel (ASBI).

[12] A categoria de *"judeu não judeu"*, formulada por Isaac Deutscher (1907-1967), refere-se ao indivíduo nascido de um ventre judeu que, por sua postura político-social, é percebido como desviante em relação à tradição. Essa noção de desvio é central para compreender os modos como a identidade judaica contemporânea se constrói e se reinventa. Para Deutscher, é importante distinguir três dimensões: o judaísmo, entendido como tradição religiosa e cultural; a judaicidade, ligada ao pertencimento coletivo; e a judeidade, que remete ao sentir-se judeu, independentemente de vínculos formais.

alvo verdadeiro seriam os evangélicos admiradores de Israel (Herrmann, 2024). A população judaica brasileira é muito pequena, cerca de 107 mil pessoas, em contraste com os evangélicos que estão em pleno crescimento e representavam na época 22,2% dos brasileiros, sendo 60% pentecostais[13]. A estratégia teria funcionado para Herrmann, pois ainda no primeiro turno, recebeu apoio da agremiação que reunia as principais denominações neopentecostais do país, a Confederação de Pastores do Brasil. Além disso, o autor propõe que as manifestações de Bolsonaro sobre Israel não passaram despercebidas em Jerusalém, que mesmo em meio ao momento de crise política interna, Benjamin Netanyahu esteve presente no Brasil para felicitar pessoalmente o candidato pela bem sucedida eleição à presidência. Nesta ocasião, Bolsonaro declarou que era questão de tempo até que a embaixada brasileira fosse reposicionada em Jerusalém[14].

Por diversos motivos, os evangélicos se alinharam a Bolsonaro nas eleições de 2018 e o ajudaram a se eleger. Depois de eleito, Bolsonaro nomeou Ernesto Araújo como Ministro das Relações Exteriores (MRE), sendo o oitavo ministro anunciado pelo recém-eleito presidente, ainda em novembro de 2018. Pouco se conhecia sobre o diplomata de carreira no Itamaraty, porém este possuía um *blog* cujas opiniões se alinhavam ao que chamava de retórica anti globalista. A justificativa para tal ideologia partia do pressuposto que o globalismo ia em desencontro à fé cristã e seu objetivo último seria romper a conexão entre Deus e o homem. Portanto, a nomeação de Araújo consolida ainda mais o posicionamento nada laico do governo recém formado.

Muito influenciado pelas ideias de Olavo de Carvalho, Herrmann (2024) observa que a gestão de Ernesto Araújo no Itamaraty acabou marcada por uma subordinação quase automática aos Estados Unidos de Donald Trump. A aproximação aos EUA também implicou

---

[13] Dados do Censo de 2010. Disponíveis em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14244-asi-censo-2010-numero-de-catolicos-cai-e-aumenta-o-de-evangelicos-espiritas-e-sem-religiao

[14] Herrmann (2024) afirma que outras duas iniciativas, ainda no início do Governo Bolsonaro, ajudaram a sinalizar positivamente a vontade do Brasil em aproximar-se de Israel. A cidade de Brumadinho (Minas Gerais) recebeu após o rompimento da barragem uma missão de militares do exército israelense para ajudar no salvamento de pessoas. Para Reinke (2025), a chegada de militares israelenses nesse momento ajudou a consolidar o imaginário evangélico, tendo em vista as postagens em redes sociais que associavam a parceria militar com o versículo de Gênesis (12:3): "Abençoarei os que me abençoarem" (p. 39). A viagem de Bolsonaro ao país, desta vez como presidente, foi a continuação do comprometimento do Brasil com Israel e o sionismo. Durante a viagem, o presidente visitou o Muro das Lamentações (simbólico para os judeus e local de grande polêmica internacional diante dos conflitos que perpassam a região) junto ao primeiro-ministro israelense.

em um alinhamento ao que Washington pensava sobre o Oriente Médio, sobretudo, no que diz respeito a Israel (Herrmann, 2024 apud Chatin, 2019). Para compreender como Carvalho influenciou a Política Externa brasileira recorro a Gherman (2022), que investigou o interesse de Carvalho pelo judaísmo e pela judeidade. Para Carvalho, o mundo islâmico representava uma ameaça ao Ocidente. Ele via, por exemplo, em Sayyid Qtub – intelectual egípcio e um dos fundadores da Irmandade Muçulmana – um elo entre islamismo e comunismo (p. 130). Outro ponto central no seu pensamento era a convicção de que judeus e Israel são inseparáveis. Assim, não haveria distinção: quem apoia Israel apoia os judeus, e o contrário também é verdadeiro (p. 128). O problema se intensifica quando Carvalho sustenta que os inimigos da cristandade seriam, na verdade, os mesmos que ameaçam o judaísmo. Fortalecendo, portanto, um sentimento comum entre os brasileiros de "civilização judaica-cristã". Logo, se os judeus são vítimas dos terroristas muçulmanos, os cristãos também o são, ainda que indiretamente, pois ambos seriam parte de uma mesma comunidade de fé e alvo dos mesmos inimigos. A relação, no pensamento de Carvalho, funciona quase como um processo de osmose: aquilo que atinge um grupo inevitavelmente se transfere ao outro. Não é difícil compreender essa lógica quando analisamos o fenômeno do sionismo cristão no Brasil. Os fundamentos bíblicos sustentam a ideia de que os judeus têm direito ao retorno, e esse movimento traria benefícios também aos cristãos, como a volta de Jesus Cristo.

Por mais que o Governo Bolsonaro tenha reivindicado para si a condição de aliado político e religioso de Israel, comparativamente, o Governo Lula foi aquele que mais estabeleceu acordos com Israel, conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Acordos celebrados entre Brasil e Israel por presidência

Governo	Acordos assinados
Bolsonaro (2019-2022)	4
Temer (agosto/2016 - 2018)	2
Dilma (2011- agosto/2016)	1
Lula (2003-2011)	12

Fonte: Herrmann, 2024, p. 98.

Como destaquei anteriormente, Bolsonaro fez várias sinalizações para o governo israelense, sendo uma delas – talvez a mais importante em termos simbólicos – a promessa de deslocamento da Embaixada brasileira em Israel para Jerusalém. Uma atitude que sinalizaria não só para Israel, mas para todo o mundo, que o Brasil estaria de acordo com a política expansionista israelense. A promessa em questão é de grande relevância também para as comunidades cristãs ao redor do mundo, sobretudo aquelas que se identificam com a perspectiva sionista. O Governo Bolsonaro não conseguiu levar adiante a mudança geográfica da embaixada brasileira após o Ministro Ernesto Araújo e o próprio presidente serem recebidos negativamente com a proposta ao dialogarem com outras nações. A solução encontrada pelo governo foi abrir um escritório comercial na Terra Prometida. Herrmann destaca que a alternativa adotada por Bolsonaro e pelo MRE de Ernesto Araújo não agradou os países árabes e foi considerada insuficiente para seu principal público alvo: a base evangélica (p. 98-99).

Os discursos de Bolsonaro como presidente evidenciam que o desenvolvimento técnico de Israel é um tema amplamente explorado. Nesse contexto, Israel é apresentado como a nação que "deu certo" apesar das adversidades geográficas e climáticas da região desértica (Herrmann, 2024). Em termos absolutos, Israel apareceu 191 vezes em seus discursos. Em contraste, outros países da região tiveram menos visibilidade (Catar e Emirados aparecem 9 vezes a menos) Em contraste, a palavra "Palestina" praticamente não aparece em seus pronunciamentos, de forma a consolidar sua relação com a base evangélica, mais atenta às questões escatológicas (Herrmann, 2024). No geral, o Governo Bolsonaro buscou se afastar do Oriente Médio e África em suas visitas (Herrmann, 2024 e Reis da Silva, 2022).

Em síntese, o governo Bolsonaro mais sinalizou do que, de fato, executou ações em relação a Israel. Como aponta Herrmann (2024), faz mais sentido observar essas aproximações no campo simbólico do que no concreto. Bolsonaro entendia que exibir Israel como prioridade equivalia a mandar um recado direto aos evangélicos: *"estou com vocês; compartilhamos a ideia de que Israel é promessa, e farei o possível para apressar a volta de Jesus."* Nesse movimento, o bolsonarismo não apenas se aliou ao sionismo cristão, mas o absorveu como parte de seu próprio repertório político-religioso. Trata-se de um processo de fagocitose ideológica, no qual símbolos e expectativas escatológicas foram englobados e ressignificados para reforçar a identidade do governo junto à sua base evangélica.

4.2 Governos petistas: apoio à Palestina e antipatia sionista

A relação entre evangélicos e o Partido dos Trabalhadores é flutuante, de altos e baixos. Esse grupo religioso, ao longo do tempo, apresentou diferentes comportamentos em relação à esquerda no geral. Inicialmente, os evangélicos sequer se aproximavam da política. A partir da Constituinte, quando finalmente iniciam uma articulação política interna nas instituições religiosas das quais faziam parte para justificar a mudança de comportamento, os líderes religiosos e, agora, políticos utilizavam basicamente quatro argumentos: 1) com a nova ordem constitucional, havia a possibilidade do catolicismo voltar a ser a religião oficial do Estado brasileiro e, portanto, os interesses e a liberdade dos evangélicos estaria em jogo; 2) O número de fieis evangélicos havia aumentado nas últimas décadas e, por isso, seria necessário garantir que esse novo segmento da população estivesse representado no parlamento a fim de satisfazer os interesses do grupo; 3) O fim da ditatura possibilitaria um avanço das pautas progressistas sensíveis aos evangélicos tal como o aborto, legalização de drogas e questões envolvendo relações homossexuais; 4) O comunismo estaria novamente no jogo de possibilidades da política brasileira. Burity (2015) afirma que é nesse momento que se inicia a fase de minoritização dos evangélicos no Congresso Nacional. Este conceito busca explicar o comportamento inicial desses parlamentares: ter voz, mesmo que ainda com poucas cadeiras eleitas.

Nos primeiros mandatos após a ditadura militar, os parlamentares evangélicos se articulavam com versatilidade no Congresso, mas em geral, se alinhavam a pautas de centro-direita (Rocha, 2024). Quando disputou o segundo turno em 2022, Lula da Silva teve apoio de alguns líderes evangélicos. Os governos petistas contaram com ministros evangélicos, mesmo que estes não fizessem grandes acenos religiosos à frente dos cargos, mas tudo indicava que a relação entre os grupos se estabilizaria. Dilma Rousseff, quando eleita, colocou à frente do Ministério da Pesca, Marcelo Crivella, importante liderança da Igreja Universal do reino de Deus.

A relação de proximidade entre as instituições evangélicas e o PT perdurou até a eleição de 2014, quando alguns deputados e lideranças evangélicas declararam que fariam campanha para a oposição. Magno Malta, senador eleito no Espírito Santo pelo Partido Liberal e pastor

licenciado da Igreja Batista de seu estado, declarou publicamente estar cansado do PT e que, portanto, faria campanha para Aécio Neves (PSDB). Rocha atribui às manifestações de 2013 um papel crucial de desestabilização nesta relação. O impeachment da Presidente Dilma contou com apoio dos líderes evangélicos que quando chamados à tribuna para declarar sua posição evocaram "Deus, Pátria e Família" para destituir Rousseff.

O ano de 2018 foi extremamente marcante para a reaproximação dos evangélicos com a direita. Atuaram de maneira consistente no debate público sobre pautas morais e de costumes. Esse reposicionamento, contudo, não se esgota na dimensão religiosa: ele se consolidou como pertença política, ancorada em identidades partidárias e, sobretudo, na rejeição organizada ao PT. É a partir desse ponto que passo a discutir a identificação partidária no Brasil - sua relativa estabilidade, seus efeitos assimétricos e o papel do antipetismo como eixo estruturante do comportamento político recente."

Além disso, apesar da fragmentação partidária e da baixa institucionalização dos partidos no Brasil, a identificação partidária entre eleitores é relativamente estável – algo entre 40% e 50% (Almeida e Machado, 2024). Na formulação clássica, identificação partidária é um vínculo psicológico e afetivo com um partido (Campbell et al., 1980). No entanto, pesquisas mais recentes mostram que ela também pode funcionar como avaliação retrospectiva do desempenho do partido no governo – ou seja, basear-se na percepção sobre suas políticas, resultados e capacidade de representar interesses (Baker et al., 2006). No caso brasileiro, esses efeitos são assimétricos e se concentram no PT: há tanto adesão quanto rejeição organizada ao partido. Essa rejeição – o partidarismo negativo – expressa sentimentos adversos dirigidos a um partido específico e, no Brasil, recai sobretudo sobre o PT (Areal, 2022; Samuels e Zucco, 2018; Almeida e Machado, 2024). À luz desse enquadramento, faz sentido aventar a hipótese de que o antipetismo funcione como gatilho mobilizador do apoio à posição israelense no "conflito" com os palestinos: se o PT é percebido como historicamente alinhado à causa palestina (Pontes, 2019; Santos, 2014), a aversão ao partido tende a deslocar as preferências de política externa de seus opositores em direção a Israel – um alinhamento por negação, e não necessariamente a expressão de um programa coerente (Zucco e Samuels, 2018; Ribeiro et al., 2016).

A relação entre PT e Palestina foi marcada por tentativas de mediação durante os governos Lula (2003-2010), mas sempre com clara inclinação pró-Palestina, refletindo os

princípios do partido. Essa tendência se manteve no terceiro governo Lula, como evidenciado pelo discurso do presidente em Joanesburgo em fevereiro de 2024 – quando comparou a situação em Gaza ao Holocausto –, gerando reações acirradas de setores conservadores. Para o eleitorado antipetista, o apoio a Israel parece funcionar como um contraponto simbólico a essa postura, transformando o "conflito" em mais um espaço de guerra cultural que polariza o Brasil contemporâneo.

A análise das postagens dos senadores da Frente Parlamentar Evangélica evidencia que o antipetismo se tornou elemento central na construção do apoio a Israel. Segundo Rossi e Hartmann (2024, p. 136-138), entre as 175 postagens coletadas sobre o "conflito" 34 mencionavam explicitamente o PT ou o governo Lula, muitas vezes associando-os ao "apoio ao terrorismo". Declarações como a do senador Magno Malta (PL), que acusou Lula de *"alinhar-se com o lado autoritário"*, e a da senadora Damares Alves (Republicanos), que afirmou que *"este senhor [Lula] não tem qualquer condição de permanecer na liderança de nosso povo"* após a comparação entre Gaza e o Holocausto, ilustram como a retórica antipetista foi mobilizada para deslegitimar qualquer postura crítica ao governo israelense (Rossi; Hartmann, 2024, p. 137-139). Esse padrão discursivo sugere que, para parte da bancada evangélica, o PT não apenas representa uma oposição política, mas configura um "inimigo moral" – categoria conceitual discutida por Machado e Mariz (2023, p. 17) – cuja rejeição se projeta também sobre temas de política externa. Assim, o conflito israelense-palestino foi apropriado como mais um campo simbólico da guerra cultural doméstica, no qual o apoio a Israel funciona como expressão de partidarismo negativo e resistência ao governo Lula III.

É importante diferenciar o fenômeno do antipetismo de um posicionamento bolsonarista. Inevitavelmente, no cenário político que o Brasil se situa atualmente (Nicolau, 2020), estes dois fenômenos podem, muitas vezes, se sobrepôr. Lucio Rennó (2020) parte de duas indagações para investigar o fenômeno do sucesso eleitoral de Bolsonaro: 1) Quais são os pilares ideológicos do voto na extrema direita? 2) É uma consequência do ressentimento ao Partido dos Trabalhadores ou é baseado em suas próprias posições? A segunda questão levantada pelo autor dialoga com o que venho discutindo até aqui: até que ponto a identidade bolsonarista se constitui como uma reação à agenda petista e em que medida o bolsonarismo possui uma agenda própria. Os resultados encontrados por Rennó demonstram que, por mais que o antipetismo seja um fator importante na identidade bolsonarista, não consegue sozinho

explicar o comportamento dos indivíduos que a ela aderem. A pesquisa mostra que o voto em Bolsonaro foi impulsionado principalmente por posições conservadoras em questões morais, como oposição ao aborto e defesa de punições mais duras contra criminosos, além de apoio à privatização e percepções de corrupção como um problema central do país. Os "core Bolsonaristas", que apoiaram Bolsonaro durante toda a campanha, se destacam por serem economicamente liberais e altamente preocupados com a corrupção, mas não diferem tanto em conservadorismo cultural dos eleitores que migraram para Bolsonaro no decorrer da eleição. Já a afinidade com o bolsonarismo combina rejeição ao PT, valores morais tradicionais e atitudes punitivistas, mostrando que o fenômeno é diverso e vai além de mera rejeição à esquerda. Portanto, o bolsonarismo não pode ser reduzido ao antipetismo. O antipetismo é um ingrediente essencial, mas o fenômeno expressa uma aliança de conservadorismo moral, liberalismo econômico e desconfiança institucional, que se cristalizou no contexto de crise política e rejeição ao PT. Por isso, para os fins da presente pesquisa, antipetistas e bolsonaristas serão tratados como grupos diferentes – embora muitos bolsonaristas rejeitem o Partido dos Trabalhadores.

A análise dos dados de grupos focais que apresento neste artigo revela ainda que essa dinâmica pode ter se intensificado no contexto do governo Lula III, quando a retórica pró-Palestina do Executivo federal parece corroborar a oposição em torno da causa israelense como forma de resistência simbólica.

5 RESULTADOS: APOIO A ISRAEL NO DEBATE PÚBLICO

Esta seção apresenta os resultados empíricos da pesquisa, com foco na medição do apoio a Israel na opinião pública brasileira e na forma como o tema aparece no debate político e midiático recente. O objetivo é confrontar os argumentos teóricos desenvolvidos nos capítulos anteriores com evidências concretas, articulando dados de survey e análises qualitativas. A partir dos dados da pesquisa *A Cara da Democracia*, buscarei identificar os fatores sociais, religiosos e ideológicos associados às posições dos brasileiros diante do "conflito" Israel-Palestina, em especial no contexto da ofensiva israelense em Gaza. O uso dessa base permite estimar padrões populacionais e testar as seguintes hipóteses: (H1) evangélicos tendem a demonstrar maior apoio ao sionismo; (H2) eleitores bolsonaristas apresentam maior probabilidade de apoiar Israel, refletindo o alinhamento entre o bolsonarismo e a agenda geopolítica israelense; e (H3) indivíduos antipetistas, caracterizados pela rejeição afetiva e ideológica ao Partido dos Trabalhadores, também são mais propensos a apoiar o sionismo.

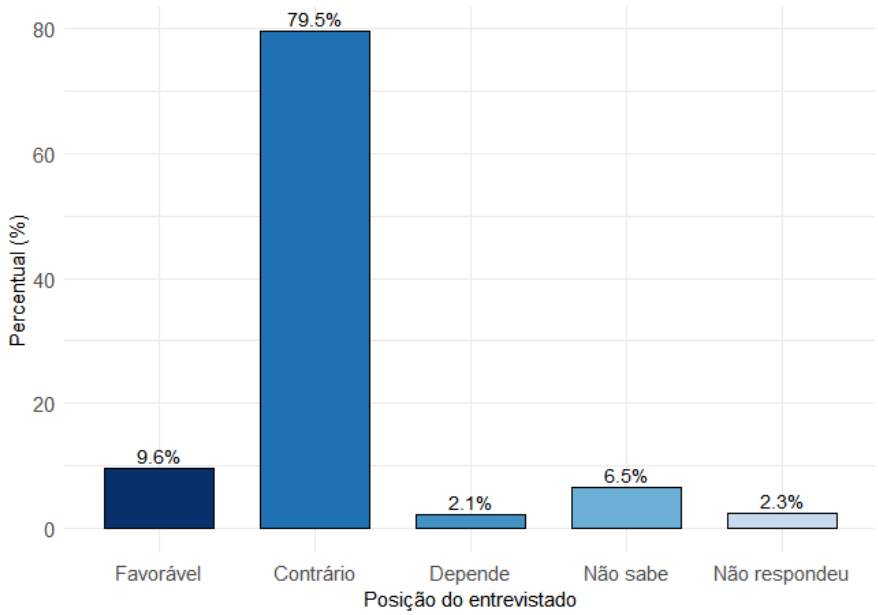
Em seguida, examino o debate público sobre o tema, considerando como narrativas pró-Israel e discursos de justificação da defesa de Israel são mobilizados por entrevistados com a técnica de grupo focal. Dessa forma, busco compreender não apenas quem apoia Israel, mas como e por que esse apoio é construído e legitimado no espaço público brasileiro.

5.1 Apoio a Israel na opinião pública: survey A Cara da Democracia

Esta subseção utiliza dados da pesquisa *A Cara da Democracia* para estimar o apoio a Israel no contexto do genocídio na opinião pública brasileira. A pesquisa realizada entre os dias 26 de junho e 5 de julho de 2024 tinha como objetivo mensurar a opinião pública sobre temas centrais da vida política e social brasileira, incluindo satisfação com a democracia e preferência por regime; possíveis justificativas para intervenção militar; lembrança de voto em 2022 (1º e 2º turnos); confiança em instituições e na contagem de votos; avaliação do governo; autolocalização ideológica, simpatia e antipatia partidária; notas e sentimentos por lideranças;

percepções comparadas sobre corrupção e economia; posições em pautas como cotas, Bolsa Família, armas, drogas, aborto (incluindo PL 1904/24[15]), pena de morte, "saidinhas", 8/1 e decisão do TSE sobre Bolsonaro; atribuições sobre desmatamento, clima e enchentes no RS; atitudes frente a fake news e ao PL 2630/20; consumo de mídia e uso de redes; participação cívica; problemas prioritários do país; avaliação de serviços públicos e segurança; além de perfil sociodemográfico, inclusive religião, frequência a cultos e importância da religião nas decisões.

Gráfico 1 - Respostas à pergunta: "Como você se posiciona sobre a guerra de Israel contra o Hamas?"



Fonte: A autora, baseado nos dados da pesquisa *A Cara da Democracia,* 2024.

O Gráfico 1 indica rejeição majoritária à guerra: entre os que opinaram, cerca de 87% posicionam-se contra e apenas 10,5% a favor (excluindo NS/NR). Em termos de razão, há aproximadamente 8,3 contrários para cada 1 favorável (79,5% vs. 9,6%), e mesmo somando

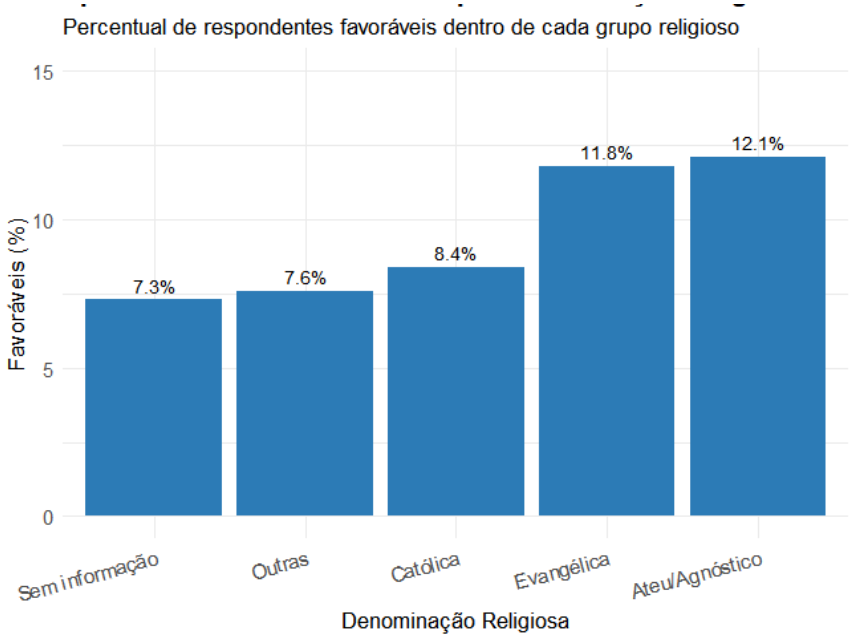
[15] O Projeto de Lei nº 1904/2024, de autoria do Deputado Federal Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), propõe alterações no Código Penal brasileiro para modificar o tratamento jurídico do aborto, especialmente nos casos em que haja viabilidade fetal presumida a partir de 22 semanas de gestação. A proposta estabelece que, nessas situações, a prática do aborto possa ser equiparada ao crime de homicídio simples, inclusive quando a gestação decorrer de estupro, restringindo a aplicação das hipóteses atualmente previstas de não punição. Além disso, o projeto prevê a possibilidade de o juiz mitigar ou deixar de aplicar a pena conforme as circunstâncias do caso, fundamentando-se na interpretação de que a legislação penal vigente não estabelece limites gestacionais claros para a interrupção da gravidez, buscando redefinir parâmetros legais sobre o tema.

indecisos (NS+NR = 8,8%) a rejeição continua predominante (≈ 9:1). A fração “depende” é residual (2,1%), sugerindo que o tema está cristalizado no eleitorado, com fronteiras nítidas entre oposição e apoio. Em suma, o apoio líquido é fortemente negativo (-69,9 p.p.), o que justifica examinar, adiante, quem compõe a minoria pró-Israel e quais clivagens (religiosas, partidárias, ideológicas) estruturam essa dissidência.

Quando comparamos apoio a Israel por autodeclaração religiosa, os níveis são baixos em ambos os grupos. Ainda assim, os evangélicos[16] exibem proporção maior que os católicos (11,8% vs. 8,4%), uma diferença absoluta de 3,4 p.p. e diferença relativa de ≈40%. Essa diferença, embora modesta em termos substantivos, é estatisticamente significativa em teste de duas proporções ($z \approx 2{,}58$; $p \approx 0{,}010$). Os IC95% por grupo se tocam levemente (evangélicos ≈ 9,7–14,0%; católicos ≈ 6,9–10,0%), o que é um critério conservador e não decisivo para significância — por isso reportamos o teste formal. Em termos práticos, contudo, seguimos falando de algo perto de 1 em cada 10 em ambos os grupos, o que indica baixa adesão geral e diferença substantiva contida.

[16] Neste momento, optei por agregar todos os subgrupos religiosos que compõem o grupo evangélico, ou seja, pessoas que se autodeclaram vinculadas à fé cristã protestante. No *survey* A Cara da Democracia estes subgrupos são: Evangélica sem igreja; Evangélica com igreja (Igreja Universal, Assembleia de Deus, Sara Nossa Terra, Igreja Batista da Lagoinha, etc) ;Protestante (Luterana, Presbiteriana, Anglicana).

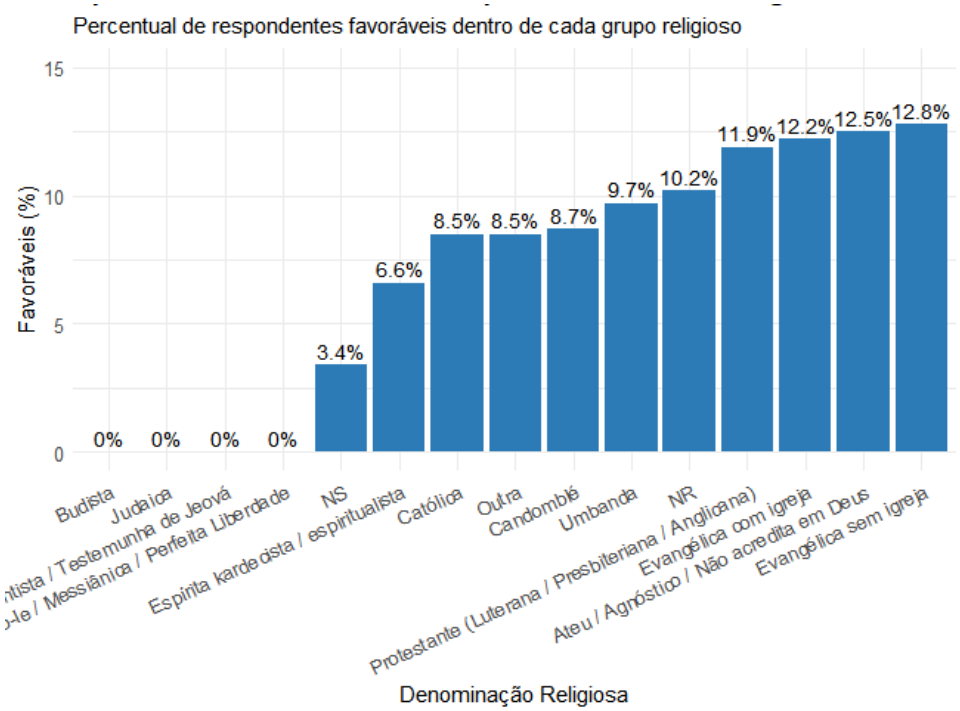
Gráfico 2 - Apoio a Israel por denominação religiosa (agregado).



Fonte: baseado em dados do *survey* Cara da Democracia, 2024.

Como ressalta Cunha (2022), os evangélicos são heterogêneos; por isso, vale observar denominações com cuidado metodológico. No Gráfico 2, os tamanhos amostrais de quase todas as categorias são reduzidos – o que amplia as margens de erro e desaconselha inferências firmes por denominação. Ainda assim, um resultado consistente emerge: evangélicos com igreja e sem igreja exibem proporções semelhantes de apoio, sugerindo que o posicionamento pró-Israel está mais associado a uma identidade evangélica genérica do que a pertenças denominacionais específicas. Em outras palavras, a diferença relevante não parece estar entre luteranos/presbiterianos/anglicanos vs. pentecostais/neopentecostais, mas entre evangélicos, como macroidentidade, e os demais grupos religiosos.

Gráfico 3 - Apoio a Israel por denominação religiosa (detalhado)



Fonte: A autora, baseado em dados do *survey* Cara da Democracia, 2024.

Percebe-se, em primeiro lugar, que a separação do universo evangélico entre “com igreja” e “sem igreja” não altera substancialmente o quadro descritivo. As taxas de favoráveis são 12,2% entre evangélicos com igreja (65/531) e 12,8% entre evangélicos sem igreja (33/258), isto é, diferença de apenas 0,6 p.p. com intervalos de confiança amplamente sobrepostos (aprox. ± 2,8 p.p. e ± 4,1 p.p., respectivamente). Em termos estritamente descritivos, isso não sugere um “efeito igreja” na probabilidade de declarar apoio.

Em segundo lugar, os não religiosos situam-se no mesmo patamar dos evangélicos: 12,5% (12/96). Todavia, o tamanho amostral reduzido (n= 96) implica maior incerteza, o que exige cautela na comparação direta. Entre as tradições com *n* amostral expressivo, os católicos apresentam 8,5%, valor inferior, porém ainda próximo ao observado nos segmentos evangélicos quando consideradas as incertezas. Já os grupos espíritas (6,6%), Umbanda (9,7%), Candomblé (8,7%) e categorias “outra” (8,5%) exibem proporções baixas, mas com amostras pequenas, o que limita a precisão das estimativas. Em tradições de baixa frequência no *survey* (p. ex., judaica, mórmon/adventista/Testemunha de Jeová, budista, Seicho-No-Ie/Messiânica/Perfeita Liberdade), as proporções observadas (muitas vezes 0% de favoráveis)

não devem ser generalizadas, dada a instabilidade estatística inerente aos totais entre 1 e 18 casos.

A média de respondentes favoráveis entre os grupos religiosos que apresentaram valores positivos foi de 9,55%, enquanto a média geral, considerando também os grupos sem respostas favoráveis, foi de 7,0%. Esse resultado indica que a presença de grupos com valor zero reduz a média agregada, sugerindo heterogeneidade relevante entre as denominações religiosas analisadas.

Tomadas em conjunto, a tabela agregada e a tabela detalhada por denominação convergem para três conclusões: (i) o apoio é baixo e minoritário em todos os segmentos, com média geral próxima de 10%; (ii) a pertença evangélica, por si só, não produz um diferencial pronunciado quando contrastada a católicos, não religiosos ou a outras tradições com *n* substantivo. Em termos substantivos, a fotografia descritiva reforça a hipótese de que marcadores político-partidários e de polarização tendem a ser mais explicativos do que a filiação religiosa em si, ao menos no plano da opinião declarada sobre o "conflito", é isso que testarei nas próximas etapas.

Para captar o efeito específico do alinhamento bolsonarista, incluí o voto em Bolsonaro como controle na modelagem do apoio ao sionismo. Teoricamente, o bolsonarismo incorporou pautas pró-Israel como parte de sua identidade ideológica e simbólica, de modo que o voto em Bolsonaro atua como marcador comportamental desse alinhamento. Nesta especificação, a variável dependente foi codificada como 1 = "contrário ao sionismo" e 0 = "favorável"; portanto, coeficientes negativos indicam menor probabilidade de estar entre os contrários (ou, simetricamente, maior probabilidade de apoio). Os resultados mostram que votar em Bolsonaro reduz significativamente a chance de o respondente situar-se na categoria "contrário" ($\beta = -0{,}529$; EP = 0,164; $p = 0{,}0013$). A razão de chances estimada (OR ≈ 0,59) indica 41% menos chances de rejeitar o sionismo entre eleitores de Bolsonaro, em comparação a não eleitores, controladas religião, valores morais e fatores sociodemográficos. Os diagnósticos de colinearidade são baixos (VIF ≈ 1,14), o que reforça a robustez da inclusão. Dessa forma, controlar por voto em Bolsonaro

permite isolar o componente ideológico-partidário do bolsonarismo dos efeitos atribuíveis a crenças religiosas e perfis sociais, aprimorando a interpretação substantiva do modelo.

Tabela 2 – Regressão logística variáveis estatisticamente significativas para ser favorável.

Termo	**β**	**EP**	**z**	**p**	**OR**	**IC95% OR (Inf)**	**IC95 % OR (Sup)**
Religião: Evangélica	**0.274 .**	0.161	1.71	0.088	1.32	0.96	1.80
Sexo: Feminino	**-0.887 ***	0.153	-5.81	6.23e-09	0.41	0.31	0.56
Voto: Bolsonaro	**0.801 ***	0.149	5.36	8.29e-08	2.23	1.66	2.98

Fonte: A autora, baseado em dados do *survey* Cara da Democracia, 2024.

Na Tabela 2, apresentam-se apenas os preditores estatisticamente significativos do modelo logístico que estima a probabilidade de apoio à "guerra" de Israel contra o Hamas, tendo como evento a categoria "favorável". A decisão de restringir a tabela principal às variáveis significativas visa tornar a leitura mais objetiva, destacando os efeitos substantivamente relevantes; a tabela completa, com todas as variáveis incluídas no modelo, encontra-se nos Anexos.

Entre os preditores exibidos, observa-se que o voto em Bolsonaro é o principal determinante do apoio ao sionismo ($\beta\hat{} = 0{,}801;\ p < 0{,}001;\ OR = 2{,}23$), indicando que eleitores de Bolsonaro têm mais que o dobro das chances de declarar-se favoráveis à guerra, em comparação aos demais. O sexo feminino apresenta coeficiente negativo e altamente significativo ($\beta\hat{} = -0{,}887;\ p < 0{,}001;\ OR = 0{,}41$), revelando que as mulheres têm cerca de 59% menos chances de apoiar a intervenção israelense. Já a variável "Religião" (Evangélica) aparece com associação positiva marginalmente significativa ($\beta\hat{} = 0{,}274;\ p = 0{,}088;\ OR = 1{,}32$), sugerindo que o pertencimento evangélico tende a aumentar a probabilidade de apoio, ainda que de modo não robusto ao nível de 5%.

Aplicamos então a técnica de pareamento (*matching*) com o objetivo isolar o efeito do alinhamento ao bolsonarismo sobre a probabilidade de manifestar apoio a Israel, controlando diferenças estruturais de escolaridade entre os entrevistados. Ao aplicar o método *nearest neighbor* com pareamento exato por nível educacional, foi possível "comparar os comparáveis", conforme sugerem Schaefer e Britto (2023), reduzindo o viés decorrente de variáveis confundidoras. O processo resultou em um balanceamento explicativo entre os grupos tratados e de controle – todos os indicadores de diferença padronizada e de distribuição acumulada empírica (eCDF) tornaram-se nulos após o pareamento[17].

Tabela 3 - Regressão logística no pós-pareamento (evento = "Favorável").

Termo			**z**	**p**	**OR**	**IC95% OR (Inf)**	**IC95% OR (Sup)**
Intercepto	2,551	0,140	−18,22	<2e−16	0,08	–	–
Bolsonaro (1 = sim)	0,973 *	0,170	5,72	1,04e−08	2,65	1,90	3,69

Fonte: A autora, baseado em dados do *survey* Cara da Democracia, 2024.

No modelo logístico ajustado à base balanceada, o alinhamento ao bolsonarismo aumentou significativamente a probabilidade de o indivíduo se posicionar favoravelmente ao "conflito" ($\beta = 0{,}97$; $p < 0{,}001$). Este resultado indica que, entre indivíduos com perfis sociodemográficos semelhantes, o bolsonarismo exerce influência substantiva na formação da opinião política sobre o tema. O aumento da razão de chances – de 2,23 no modelo não pareado para 2,65 após o pareamento – sugere que, ao controlar mais rigorosamente as diferenças de escolaridade, renda e religião entre grupos, o efeito do bolsonarismo se torna ainda mais evidente. Em outras palavras, parte da diferença inicial era atenuada por desigualdades

[17] Disponível no Anexo III.

estruturais, e, uma vez neutralizadas essas variáveis, o componente ideológico aparece com maior força explicativa.

Seguindo a abordagem de Schaefer e Britto (2023), o pareamento contribui para refinar inferências causais em contextos observacionais, ao minimizar os efeitos de variáveis de confusão e permitir estimar o efeito médio do tratamento (*Average Treatment Effect*, ATE) de forma mais robusta. Em síntese, o uso do *matching* neste caso demonstra que a associação entre o voto em Bolsonaro e o apoio ao "conflito" não decorre apenas de diferenças socioeducacionais, mas representa um padrão consistente mesmo entre eleitores com perfis equivalentes.

A variável de antipetismo foi operacionalizada exclusivamente como rejeição direcionada ao PT, a partir da pergunta P18.1: o indicador assume valor 1 quando a pessoa declara desgostar de algum partido e identifica o PT como esse partido (P18.1); em todos os demais casos, inclusive "não", "NS" e "NR", o indicador recebe 0. Rodamos uma regressão logística binária tendo o apoio ao sionismo como variável dependente e o antipetismo (PT) como variável independente, com e sem controles:

$$logit[P(Yi = 1 \mid Xi)] = \beta 0 + \beta 1 AntiPT(PT)i + k\sum \gamma kZki$$

$$logit[P(Yi = 1 \mid Xi)] = \beta 0 + \beta 1 AntiPT(PT)i + \beta 2\, VotoBoli + k\sum \gamma kZki$$

Tabela 4 - Regressões logísticas do apoio ao sionismo segundo o antipetismo (Modelos M0–M3).

Modelo	**Variáveis principais incluídas**	**Coef. (β_AntiPT)**	**Erro Padrão**	**Significância**	**Razão de Chances (OR = e^β)**	**IC95% (aprox.)**
M0	AntiPT (apenas)	1.198	0.139	*p < 0.001*	3.31	[2.54 ; 4.32]
M1	+ controles sociodemográficos	1.011	0.152	*p < 0.001*	2.75	[2.04 ; 3.71]
M2	+ voto em Bolsonaro	0.782	0.178	*p < 0.001*	2.19	[1.54 ; 3.11]
M3	+ voto em Bolsonaro + avaliação de Lula (controle)	0.569	0.191	p = 0.0029	1.77	[1.21 ; 2.59]

Fonte: A autora, baseado em dados do *survey* Cara da Democracia, 2024.

Os resultados das regressões logísticas indicam que a rejeição explícita ao Partido dos Trabalhadores - medida pela combinação entre declarar desgostar de algum partido e citar o PT como alvo desse sentimento – tem efeito consistente e substantivo sobre o apoio ao sionismo. No primeiro modelo, que considera apenas o antipetismo, observa-se que os entrevistados que expressam antipatia ao PT apresentam probabilidade significativamente maior de apoiar o sionismo do que os demais. Esse resultado inicial já sugere que a rejeição ao PT funciona como um marcador político-ideológico importante na formação das opiniões sobre o conflito entre Israel e Palestina.

Quando se introduzem variáveis sociodemográficas, como escolaridade, renda, idade, raça, religião, região e sexo, o efeito do antipetismo se mantém estável. Isso indica que o impacto da rejeição ao PT não decorre da composição social do grupo antipetista, mas de uma predisposição política propriamente dita.

A inclusão do voto em Jair Bolsonaro – variável que capta alinhamento político-eleitoral - reduz parcialmente o coeficiente do antipetismo, embora este continue estatisticamente significativo. Isso mostra que há sobreposição entre as duas variáveis, mas não equivalência. O voto em Bolsonaro explica parte do apoio ao sionismo, mas o antipetismo conserva um efeito próprio, autônomo, ligado a um sentimento mais amplo de oposição à esquerda e às pautas progressistas. Em termos analíticos, o bolsonarismo intensifica o antipetismo, mas não o cria , nem mesmo o monopoliza.

No último modelo, que inclui também a avaliação do governo Lula, o antipetismo continua sendo um preditor relevante do apoio ao sionismo. O fato de a variável manter significância mesmo quando se controla pela opinião sobre o governo reforça que ela capta um sentimento de rejeição partidária mais profundo, e não apenas uma insatisfação conjuntural com a administração federal. Assim, o antipetismo aparece como um vetor estruturante da polarização política, capaz de orientar posicionamentos sobre temas internacionais, especialmente aqueles associados a valores religiosos, morais e civilizacionais.

Tabela 5 – Efeito do antipetismo sobre o apoio ao sionismo (após pareamento).

Variável	**Estimativa (β)**	**Erro-padrão**	**Valor-z**	**p-valor**	**Odds Ratio (e^β)**
Intercepto	-2,3719	0,1542	-15,39	< 0,001	—
Antipetismo (PT)	**0,9290**	0,1891	**4,91**	**< 0,001**	**2,53**

Fonte: A autora, baseado em dados do *survey* Cara da Democracia, 2024.

Após o pareamento exato por escolaridade e o controle por características socioeconômicas, o grupo antipetista manteve probabilidade significativamente maior de apoiar o sionismo. O balanço entre tratados e controles melhorou substancialmente: as diferenças médias padronizadas (SMD) entre as covariáveis caíram para valores próximos de zero, indicando bom equilíbrio amostral. No modelo pós-pareamento, o coeficiente de 0,93 (OR = 2,53) mostra que o antipetismo mais do que dobra as chances de um indivíduo declarar apoio a Israel frente aos que não manifestam antipatia ao PT.

Esses resultados reforçam que o antipetismo é um preditor robusto do apoio ao sionismo, mesmo quando isolamos diferenças de escolaridade e perfil social, sugerindo que o vínculo entre rejeição ao PT e alinhamento com Israel é predominantemente político-ideológico, e não decorrente de composição demográfica.

Para captar se o apoio a Israel responde também a humores conjunturais – e não apenas a identidades estáveis –, incluí na análise a avaliação do governo como preditor de curto prazo. Essa medida funciona como um termômetro de (des)aprovação retrospectiva do incumbente e, portanto, como proxy de clima político que pode transbordar para atitudes de política externa. Operacionalizei a variável em escala ordinal e, na estimação principal, recodifiquei-a para binária (aprova vs. não aprova) para facilitar a interpretação. Assim, para estimar a associação entre avaliação do governo e apoio ao sionismo, empreguei regressão logística binária (versão restrita), definindo a variável dependente como 1 para respondentes favoráveis a Israel. A especificação básica é:

$$logit[P(Yi = 1 \mid Xi)] = ln(1 - pipi) = \beta 0 + \beta 1 AvaLula_bini + k\sum \gamma k Controleski$$

Tabela 6 - Apoio ao sionismo e avaliação do governo (logit)

Modelo	**Preditor**	**β (SE)**	**z**	**p**	**OR (IC95%)**
M0	AvaLula_bin	1,1523 (0,1390)	8,287	<0,001	3,165 (2,411–4,157)
M1	AvaLula_bin	1,0250 (0,1517)	6,756	<0,001	2,787 (2,070–3,752)
M2	AvaLula_bin	0,8343 (0,1744)	4,785	<0,001	2,303 (1,637–3,242)
M2	Voto_Bol (Bolsonaro=1)	0,3853 (0,1736)	2,219	0,026	1,470 (1,046–2,066)

Fonte: A autora, baseado em dados do *survey* Cara da Democracia, 2024.

Os resultados indicam efeito positivo e substantivamente relevante da avaliação negativa do governo sobre a probabilidade de apoio ao sionismo. No modelo sem controles (M0), a razão de chances para quem avalia o governo como ruim/péssimo é cerca de 3,17 vezes maior do que entre quem o avalia positivamente ou de modo regular (OR=3,165; p<0,001). Com a inclusão de controles sociodemográficos (M1), o efeito permanece robusto (OR=2,79; p<0,001). Ao adicionar o alinhamento comportamental medido pelo voto em Bolsonaro (M2), o coeficiente de avaliação reduz-se, como esperado em presença de preditores politicamente correlacionados, mas continua estatisticamente significativo e substantivo (OR=2,30; p<0,001). No mesmo modelo, o voto em Bolsonaro também se associa positivamente ao apoio (OR=1,47; p=0,026), sugerindo que a dimensão atitudinal (avaliação do governo) e a comportamental (voto) contribuem de forma complementar.

Em síntese: ao mantermos constantes perfil socioeconômico, demografia, religião, região e sexo, a avaliação negativa do governo se mostra consistentemente associada a maior propensão de apoio ao sionismo; o acréscimo do voto em Bolsonaro atenua, mas não elimina, esse efeito, reforçando a interpretação de que ambos capturam facetas distintas da clivagem política que estrutura o posicionamento sobre o tema. Os coeficientes e erros-padrão dos demais preditores figuram nos anexos, enquanto a Tabela acima destaca os efeitos substantivos de interesse.

Tabela 7 - Efeito do antipetismo sobre o apoio ao sionismo (após pareamento)

Variável	**Estimativa (β)**	**Erro-padrão**	**Valor-z**	**p-valor**	**Odds Ratio (e^β)**
Intercepto	−2,3719	0,1542	−15,39	< 0,001	—
Antipetismo (PT)	0,9290	0,1891	4,91	< 0,001	2,53

Fonte: A autora, baseado em dados do *survey* Cara da Democracia, 2024.

O modelo logístico estimado sobre a amostra pareada confirma que avaliar negativamente o governo Lula aumenta de forma significativa a probabilidade de apoio a Israel ($\beta = 0{,}929$; $p < 0{,}001$). Em termos substantivos, isso implica que, entre indivíduos com perfis sociais semelhantes, aqueles com percepção negativa do governo apresentam cerca de 2,53 vezes mais chances de manifestar apoio em relação aos que avaliam o governo positivamente ($\exp 0{,}929 \approx 2{,}53$). O efeito persiste mesmo após o controle das variáveis sociodemográficas, o que reforça a hipótese de que a avaliação política do governo opera como um marcador ideológico relevante na estruturação das atitudes pró-Israel.

A análise dos dados do *survey* A Cara da Democracia confirma que o apoio a Israel, no Brasil, não se explica apenas por fatores religiosos, mas reflete também divisões ideológicas e partidárias domésticas. Os modelos de regressão evidenciam que o voto em Bolsonaro, o antipetismo e a avaliação negativa do governo Lula aumentam significativamente a probabilidade de apoio ao sionismo, mesmo após o controle por variáveis sociodemográficas e religiosas. Esses resultados sustentam a hipótese de que o sionismo no Brasil foi incorporado a um repertório político mais amplo, articulando antipetismo e identidade conservadora. No entanto, o caráter probabilístico e agregado da análise quantitativa impõe limitações quanto à compreensão dos significados subjetivos e justificativas morais subjacentes a essas posições. Por essa razão, a próxima subseção recorre à análise qualitativa de grupos focais, que permite explorar como essas atitudes se formam discursivamente, revelando os enquadramentos e afetos que sustentam o apoio a Israel no debate político brasileiro.

5.2 Análise de dados qualitativos

Os dados coletados por meio de grupos focais — projeto do Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP/IESP-UERJ), responsável pelo Monitor do Debate Público (MDP), cuja metodologia é proprietária e descrita em relatórios técnicos — evidenciam como diferentes segmentos do eleitorado brasileiro se posicionam diante dos acontecimentos posteriores a 7 de outubro de 2023 na Faixa de Gaza (Palestina ocupada). Neste trabalho,

utilizam-se especificamente os Relatórios MDP nº 95 e nº 104, que documentam os procedimentos de coleta e as diretrizes de segmentação. A Tabela 8 apresenta os critérios do MDP para o agrupamento dos entrevistados. Os trechos reproduzidos nesta seção foram transcritos integralmente a partir das respostas dos participantes.

Tabela 8 - Grupos analisados pelo Monitor do Debate Público (LEMEP- IESP/UERJ) e seus respectivos argumentos.

Grupo (G)	**Categoria do MDP**	**Descrição MDP**
G1	Bolsonaristas Convictos	Votaram em Bolsonaro no segundo turno, desaprovam o atual governo, aprovam as invasões de 08/01, acreditam que o ex-presidente é perseguido pelas instituições e não assistem à Rede Globo.
G2	Bolsonaristas Moderados	Votaram em Bolsonaro no segundo turno, desaprovam o atual governo, desaprovam as invasões de 08/01, não há consenso sobre o ex-presidente ser perseguido pelas instituições e não rejeitam a Rede Globo.
G3	Preferências Flutuantes	Votaram Branco/Nulo no segundo turno, mas em outros candidatos no primeiro turno. Os demais critérios são diversos.
G4	Lulodescontentes	Votaram em Lula no segundo turno, mas reprovam a atual gestão. Os demais critérios são diversos.
G5	Lulistas	Votaram em Lula no segundo turno e aprovam a atual gestão. Os demais critérios são diversos.
-	Evangélicos	Grupo formado pela agregação das falas dos participantes evangélicos, a fim de capturar tendências específicas da opinião desse contingente demográfico.

Fonte: Monitor do Debate Público, MDP- LEMEP/2025[18].

[18] Informações disponíveis em: https://mdp.lemep.net.br/relatorios/95.

A primeira questão apresentada aos entrevistados entre os dias 16 e 22 de junho de 2025: "*Desde 2023, Israel e Gaza estão em Guerra. Estima-se que pelo menos 63.753 palestinos tenham sido mortos e 127.688 foram feridos. A Organização das Nações Unidas (ONU) estima ainda que mais de 17 mil mortos são crianças. Na última quinta-feira (12/6) Israel lançou uma ofensiva militar de larga escala contra o Irã, atingindo alvos considerados por eles como estratégicos. Dados indicam que o total de mortos no Irã foi de 224 pessoas. O que vocês pensam sobre os atos de guerra de Israel?*" No Relatório nº 95, foi possível observar como os entrevistados se posicionam diante dos ataques promovidos por Israel na Faixa de Gaza e no Irã, após outubro de 2023. As respostas variaram conforme o alinhamento ideológico dos participantes, importante para compreender como o sionismo cristão, o antipetismo e o apoio ao bolsonarismo operam na construção dessas percepções. Na Tabela 9, é possível observar a síntese dos argumentos utilizados pelos entrevistados, quando avaliados coletivamente, assim como as categorias que os dividem, formulada pelo MDP.

Tabela 9 - Síntese dos argumentos mobilizados para responder à pergunta 1.

Bolsonaristas Convictos	**Bolsonaristas Moderados**	**Eleitores Flutuantes**	**Lulodescontentes**	**Lulistas**	**Evangélicos**
Defesa de Israel por autodefesa contra terrorismo; distinção entre alvos civis e militares; temor sobre impacto global.	Neutralidade; foco no sofrimento dos inocentes; descrença na resolução do conflito.	Empatia com civis de ambos os lados; repúdio à violência; dificuldade de diálogo com extremistas; crítica às ações bélicas.	Crítica generalizada à guerra e governantes; preocupação extrema com civis; condenação de Israel por dominação e violência.	Condenação direta às ações de Israel como desumanas, cruéis e desproporcionais; empatia com vítimas; pedido de posicionamento internacional mais firme.	Divisão interna: defesa de Israel; condenação a Israel; ou foco apenas na tragédia humana sem tomar partido.

Fonte: Monitor do Debate Público, 2025.[19].

[19] Informações disponíveis em: https://mdp.lemep.net.br/relatorios/95.

No grupo de bolsonaristas convictos, predominou a defesa de Israel, com argumentos centrados na ideia de autodefesa contra o terrorismo. Essa posição encontra amparo na retórica promovida por Jair Bolsonaro durante seu governo, que aproximou o Brasil de Israel não apenas por razões diplomáticas, mas por afinidade ideológica com o governo de Benjamin Netanyahu (Herrmann, 2024). Ademais, esse apoio é amplificado por elementos do sionismo cristão neopentecostal, que entende o Estado de Israel como parte do cumprimento profético e escatológico da Bíblia (Freston, 2021; Machado e Mariz, 2023).

Neste sentido, uma confeiteira (57 anos) de Pernambuco afirmou: *"... pra começar não foi Israel quem invadiu Gaza e sim ao contrário",* enfatizando a ideia de que Israel age em legítima defesa. Outro participante, um assistente administrativo do Amazonas (38 anos), reforçou: *"Sabemos que quem começou a guerra não foi Israel. O Hamas foi terrorista em matar pessoas inocentes e ainda continuam com ataques."*

Essa perspectiva é complementada por uma cuidadora infantil do Paraná (46 anos), que declarou:

> *"Muitas pessoas tomam partido em opinião, sem de fato saber o que aconteceu e o que acontece. Sem saber o que o povo israelita pensam, querem e lutam. O povo israelita busca liberdade. Para começar, não é a primeira vez que Israel salva o mundo. Israel já salvou o mundo duas vezes de regimes autoritários terem armas atômicas."* (G1, 46 anos, cuidadora infantil, PR)

A cuidadora complementou, ao final de sua fala, que no caso de uma guerra nuclear: *"Temos um desgoverno que está sempre do lado errado. Financiamento com roubos e desvios, uma guerra. Se algum País entrar em guerra com o Brasil, nem defesa temos."*

Além disso, foi possível perceber que dentre os bolsonaristas convictos houve a defesa de que os israelenses somente se defendem da ameaça terrorista. Um gerente de serviços do Rio de Janeiro (55 anos) disse que:

> *"O que Israel tem feito é se defender, o grupo terrorista Ramas que impõe terror tanto para Israel quanto para os palestinos de bem. Esses terroristas desse grupo Ramas tem que sumir do mapa, já fizeram muitas atrocidades com os reféns de Israel, contra crianças bebês dentro de microondas, eles tem que ter um fim. Não acredito nos números da ONU, porque está toda aparelhada pela extrema esquerda e a esquerda mente muito e altera a realidade dos fatos, eu torço para a guerra acabar porque quem sofre são os inocentes, mas eu estou com Israel e oro*

> *pela paz em Israel.*" (G1, 55 anos, gerente serviços elétricos, RJ)

Já entre os bolsonaristas moderados, embora se observe maior neutralidade, ainda há uma ênfase na desconfiança quanto à resolução do "conflito" e uma atenção ao sofrimento de civis, sem, contudo, romper com o alinhamento simbólico anterior. Isso sugere a persistência de uma identificação afetiva com Israel, mesmo quando o apoio explícito é atenuado. Algumas falas ilustram essas percepções. Uma administradora de 43 anos, de Goiás, comentou: *"Penso que não só Israel mas o mundo civilizado deveria tomar providências quanto a um regime ultra religioso e terrorista que visa a destruição de outro povo,"* apontando a ameaça representada pelos adversários de Israel. Esta fala está em consonância com o argumento apresentado por Ilan Pappe (2022) para sustentar as ocupações ilegais israelenses: Israel seria uma ilha de democracia, cercada por um "mar" de teocracias e governos autoritários. Ao mesmo tempo, preocupações mais amplas com a geopolítica apareceram na fala de uma contadora do Rio Grande do Sul (35 anos): *"Penso sobre esses atos de guerra é que Israel tem uma grande preocupação com o avanço nuclear do Irã e isso interfere em toda a geopolítica do Oriente Médio."* Mais uma vez, a percepção de que Israel estaria se defendendo de uma ameaça que o cerca, legitimando os ataques.

Por outro lado, alguns participantes destacaram o sofrimento das populações civis. Um aposentado da Paraíba (54 anos) afirmou: *"Guerra é sempre covardia, principalmente porque quem mais sofre são os inocentes e as crianças,"* e em seguida questionou: *"Por que os presidentes dos países não tomam a frente de batalha e deixam os inocentes em paz?"* Da mesma forma, um autônomo do Distrito Federal (26 anos) disse: *"Penso que é complicado, os pequenos sempre pagam pelos interesses dos grandes,"* e uma vendedora de Alagoas (26 anos) comentou: *"Sou contra essas guerras, só quem saem perdendo são os menos favorecidos."* O tom de desalento também foi expresso por uma auxiliar de São Paulo (50 anos): *"Isso tudo que está acontecendo é muito triste, preocupante e sempre tem um lado que mais sai perdendo, geralmente o lado que já não tem muito,"* e por uma professora paulista (43 anos) que advertiu sobre riscos maiores: *"Situação inaceitável essa guerra, sabemos que todos têm armas nucleares, como um conflito desses vai terminar?."* Ainda assim, ao se referirem aqueles que "saem perdendo", os bolsonaristas moderados não utilizam "palestinos" ou "árabes" em suas falas, tornando-as mais abstratas sobre quem seriam os oprimidos no "conflito".

O grupo dos eleitores flutuantes (G3) manifestou posições intermediárias, denunciando a violência de ambos os lados e expressando frustração com a dificuldade de diálogo. Um vendedor mineiro (32 anos) afirmou: *"Acho muito triste a isso de guerra,muita violência,poderiam tentar resolver de outra maneira,muitos inocentes pagando pelos outros."* Na mesma linha, um funcionária pública de Goiás (41 anos) disse que: *"Muito triste,pessoas morrendo pela disputa de território, uma guerra política e religiosa sem fim.Uma guerra sem acordo, pra colocar fim nos ataques nenhum dos lados cede, outros países apoiam, e a população de Israel e Gaza sofrendo as consequências."* Mas ainda assim, é possível observarmos um comportamento parecido aos dos grupos bolsonaristas no que se refere à defesa de que Israel estaria apenas reagindo a um ataque terrorista e, portanto, suas atitudes são legítimas. A exemplo disso, um contador do Rio de Janeiro (25 anos) afirmou que: *"É uma guerra irracional, mas que funciona como defesa. O Hamas é muito radical, não se consegue um consenso com eles."*

Entre os lulodescontentes e lulistas (G4 e G5), verifica-se uma ruptura com a narrativa pró-Israel, baseada em empatia com as vítimas palestinas e crítica aos ataques como cruéis e desumanos. Essa perspectiva dialoga com a tradição histórica do Partido dos Trabalhadores de solidariedade para com o povo palestino, que se intensificou com suas declarações recentes sobre Gaza[20]. Tal posição foi mobilizada por setores bolsonaristas, que a utilizaram como gatilho para fortalecer a retórica antipetista (Rossi e Hartmann, 2024). Nesse sentido, o apoio

[20] No discurso do Brasil na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em setembro de 2025, Luiz Inácio Lula da Silva destacou novamente o entendimento do Governo Federal de que o que ocorre em Gaza é um genocídio: "Nenhuma situação é mais emblemática do que o uso desproporcional e ilegal da força que a Palestina. Atentados terroristas perpetrados pelo Hamas são indefensáveis sob qualquer ângulo. Mas nada, absolutamente nada, justifica o genocídio em curso em Gaza. Ali, sob toneladas de escombros, estão enterradas dezenas de milhares de mulheres e crianças inocentes. Ali, também estão sepultados o direito internacional humanitário e o mito da superioridade ética do Ocidente. Esse massacre não aconteceria sem a cumplicidade dos países que poderiam evitá-lo. Em Gaza, a fome é usada como arma de guerra e o deslocamento forçado de populações é praticado impunemente. Quero expressar minha admiração aos judeus que, dentro e fora de Israel, se opõem a esta punição coletiva. O povo palestino corre o risco de desaparecer e apenas sobreviverá como um Estado independente integrado à comunidade internacional. Esta é a solução defendida por mais de 150 membros da ONU, reafirmada ontem aqui neste mesmo plenário, mas obstruída por um único veto. É lamentável que o presidente Mahmoud Abbas tenha sido impedido pelo país anfitrião de ocupar a bancada da Palestina neste momento histórico." (Brasil, 2025)

a Israel passa a operar como sinal negativo do antipetismo, no qual ser “contra o PT” implica ser “a favor de Israel” na conjuntura atual:

> *"Os atos de guerra de Israel são absurdos e totalmente descabidos. São uma clara tentativa de impor domínio sobre áreas fronteiriças e de dominar politicamente e militarmente a região ao seu entorno. Porém há diferenças substanciais entre a invasão de Gaza e os ataques ao Irã. A invasão de Gaza tem contexto geopolítico e ideológico histórico de eliminação dos palestinos por parte da extrema direita israelense sob a verdade incompleta de combate ao terrorismo, quando na verdade querem efetuar a eliminação e expulsão dos palestinos da Faixa de Gaza e efetuarem a anexação desse território como parte de Israel, desrespeitando todo um contexto sociopolítico histórico. Já o ataque ao Irã é uma clara tentativa - extremamente errada e temerária - de demonstração de força militar e de intimidação do Irã por seu apoio a lideranças contrárias aos interesses políticos de Israel."* (G4, 44 anos, servidor público, PR)

Por outro lado, os lulistas se mostraram solidários com as vítimas, dando destaque às palestinas e ressaltaram o caráter desigual do “conflito”. O termo genocídio apareceu diversas vezes entre os entrevistados identificados com o Presidente Lula.

> *“Para mim não são atos de guerra e sim extermínio! O que eles estão fazendo é um genocídio em pleno século 21 e ninguém faz nada para evitar! É muito triste ver as imagens de bombas caindo sobre as cabeças de mães e crianças; é revoltante saber que crianças morreram de fome, pois Israel não permite a entrada de ajuda humanitária, isso não é uma guerra, é um ato de covardia e selvageria! É muito ruim quando tratam as ações dos dois países com a mesma medida, sendo que o poderio militar de Israel é 773737733 vezes maior do que a da Palestina! O Hamas apenas se defendeu depois de décadas de massacre e extermínio. Penso que o Brasil deveria se posicionar de forma prática, indo além dos discursos e rompendo relações diplomáticas com Israel.”*(G5, 33 anos, tradutor , SP)

Em consonância, uma auxiliar administrativa de 21 anos (RO) afirmou:

> *“n é de hoje que israel adota essa medida de responder a qualquer coisa que eles n gostem com ataques desproporcional. essas açoes sao completamente desumanas, crueis! eles fazem questoes de atacarem escolas e hospitais, matando MILHAES de civid inocentes. as pessoas nem se quer tem chances de se defenderem. e ainda ha quem defenda esses genocidas.”*

Já entre os evangélicos, os dados do grupo focal revelam uma divisão interna: parte reproduz o discurso de apoio a Israel, outra parte condena os ataques, e um terceiro segmento

evita posicionamento político, focando apenas na tragédia humana. Essa heterogeneidade confirma os achados de Rossi e Hartmann (2024), segundo os quais os evangélicos não constituem um bloco homogêneo sobre o que acontece na Faixa de Gaza. Um dos principais eixos que emergem das respostas do grupo focal é a justificativa das ações militares de Israel com base no argumento da legítima defesa, frequentemente associada à ideia de que o país enfrenta ameaças constantes de grupos terroristas e de regimes considerados hostis, como o Irã. Para esses participantes, Israel não seria o agressor, mas a parte que responde a provocações extremas. Um entrevistado de 55 anos (gerente de serviços elétricos, RJ) afirma que *"o que Israel tem feito é se defender"*, acusando o *"grupo terrorista Ramas [Hamas]"* de impor terror tanto contra Israel quanto contra *"palestinos de bem"*, e de cometer atrocidades que incluem *"colocar crianças bebês dentro de microondas"*. Nesse sentido, há uma construção do inimigo como radical, cruel e inegociável, o que legitima o uso da força como única saída. De maneira semelhante, um padeiro de 45 anos (G1) argumenta que *"Israel mirou nas bases militares, nos depósitos de armas e nos quartéis",* enquanto *"o Irã ataca pessoas que não têm nada a ver com o conflito"*, reforçando uma distinção moral entre o que seria um ataque pontual e uma agressão deliberada contra civis.

Essa narrativa é reforçada por uma desconfiança generalizada em relação a fontes de informação internacionais, sobretudo à ONU, frequentemente acusada de enviesamento político. O músico de 54 anos (G1) afirma que o início da guerra está sendo omitido por "narrativas esquerdopatas", sugerindo que os ataques de Israel são uma reação justificada aos atos terroristas do Hamas, *“defendidos pelo Irã”*. Da mesma forma, o gerente de serviços elétricos (RJ) rejeita os dados oficiais ao dizer: *"não acredito nos números da ONU, porque está toda aparelhada pela extrema esquerda"*. Esses discursos revelam como a leitura religiosa e ideológica do “conflito” molda a percepção dos entrevistados, reforçando o apoio a Israel mesmo diante de números elevados de mortes civis. Para muitos, trata-se de uma guerra moralmente assimétrica, na qual Israel age em nome da sobrevivência, enquanto seus inimigos personificam o mal.

Portanto, a análise do primeiro grupo focal, o de bolsonaristas convictos, mostra que o apoio a Israel no debate público brasileiro vai além de uma questão de política externa: ele opera como um marcador simbólico de pertencimento político e religioso, enraizado no antipetismo, no sionismo cristão, e na retórica de “guerra cultural” incentivada por Jair Bolsonaro e seus apoiadores.

Em um segundo momento, os mesmos grupos de indivíduos foram expostos à seguinte afirmação: "*O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva retirou o Brasil da Aliança Internacional para a Memória do Holocausto (IHRA). Cinco dias depois de sair da aliança, o governo brasileiro entrou formalmente na ação movida contra Israel pela África do Sul, no Tribunal Internacional de Justiça, que acusa o país de cometer genocídio na Faixa de Gaza.*"

Tabela 10 - Síntese dos argumentos mobilizados para responder à pergunta 2.

Bolsonaristas Convictos	**Bolsonaristas Moderados**	**Eleitores Flutuantes**	**Lulodescontentes**	**Lulistas**	**Evangélicos**
Apoio a Israel como vítima; crítica ao governo brasileiro por se alinhar contra Israel; reprovação à saída da aliança.	Crítica ao governo por se posicionar contra Israel; preferência por neutralidade; saída da aliança vista como arriscada para a diplomacia.	Duas posições: condenação ao governo brasileiro com acusação de antissemitismo e defesa de Israel; ou crítica ampla à guerra como tragédia humanitária.	Ênfase no sofrimento civil e na desumanidade da guerra; divisão entre considerar erro o Brasil se envolver e defender a acusação de genocídio contra Israel.	Predominou a crítica a Israel (extremista/genocida) e apoio ao governo brasileiro; saída do IHRA reconhecida como polêmica, mas sem invalidar denúncias.	Tom moral/religioso; ênfase no sofrimento humano e em "colocar Deus acima de tudo"; sem consenso nos demais pontos.

Fonte: Monitor do Debate Público, MDP- LEMEP/2025[21].

No grupo de bolsonaristas convictos, predominou a defesa de Israel, novamente ancorada na moldura da autodefesa contra o terrorismo e na leitura de que o governo brasileiro

[21] Informações disponíveis em: https://mdp.lemep.net.br/relatorios/95.

teria “abandonado” um aliado ao sair da IHRA e aderir à ação na CIJ. Essa orientação retoma a retórica do bolsonarismo - que aproximou Brasil e Israel por afinidade ideológica com o governo Netanyahu - e mobiliza referências do sionismo cristão neopentecostal, nas quais Israel ocupa lugar teológico-escatológico central, reforçando a solidariedade política incondicional e a reprovação às decisões do Itamaraty (Herrmann, 2024; Freston, 2021; Machado e Mariz, 2023).

A maioria dos bolsonaristas convictos afirmou não ter acompanhado a saída do Brasil da IHRA; ainda assim, reiterou que Israel agiu em autodefesa. Em suma, mesmo sem acompanhar o tema, convergiram para uma leitura favorável aos israelenses. Para fins de ilustração do pensamento bolsonarista convicto sobre este assunto, um assistente jurídico da Bahia (36 anos) afirmou que: *“acho desnecessário por parte do nosso governo, em relação aos conflitos, penso que Israel está correto em se defender de todos os ataques, o pessoal do outro País é muito violento, eles gosta de guerra."* Mais uma vez, os palestinos são tratados numa perspectiva abstrata: “o pessoal do outro país”. Ademais, uma assistente administrativa de 38 anos (Amazonas) concordou sobre Israel estar se defendendo: *“Sabemos que Israel está certo. Israel apenas se defendeu da invasão que sofreu em seu território."* Igualmente, um músico gaúcho (54 anos) afirmou que o “conflito” não é contra a Palestina, mas sim contra os terroristas do Hamas, em seguida complementou: *“Quanto ao desgoverno se aliar a África do Sul contra Israel, nada de novo. Afinal de contas desde que assumiu, este ladrão só se aliou a ditaduras."* Em consonância, outros dois entrevistados condenaram o governo Lula pelo posicionamento em relação ao Acordo Internacional do Holocausto:

> *“Acompanhei pouco, esse desgoverno se mete onde é desnecessário, esse Lula só fala asneira, e coloca nosso país em maus lençóis, temos que tirar o PT do poder, pois se juntam somente com países comunistas. Que Deus tenha misericórdia de nós brasileiros!”* (64 anos, empresário, PR)

> *“Não acompanhei essa ação do desgoverno, mas ficar contra Israel só prova a loucura desse governo que está fazendo de tudo pra isolar nosso país do mundo igual a Venezuela e Rússia, é eles fazer o que bem entende, sem respeitar a opinião do povo. Acho essa ação do governo uma loucura, alguém tem que parar esse comunista que só se alinha com ditadores.”* (55 anos, gerente de serviços elétricos , RJ)

No grupo de bolsonaristas moderados, prevaleceu a crítica ao movimento do governo brasileiro, mas com ênfase em “prudência” e custo reputacional: a saída da IHRA e a entrada

na ação na CIJ foram lidas como sinais de alinhamento indesejado, motivo pelo qual parte do grupo evocou a necessidade de neutralidade e de resguardar a tradição diplomática de evitar tomadas de posição que possam restringir margens de negociação futura. O anseio por neutralidade pode ser ilustrado pela fala de uma professora de São Paulo (43 anos):

> *"Não vejo o porquê o Brasil entrar nessa ação com a África do Sul já que se retirou da Aliança Internacional para a Memória do Holocausto. É uma péssima ideia gastar dinheiro com isso. Deveriam se mobilizar pela nossa população. O conflito envolvendo Israel e a Palestina é patrocinado por vários países fabricantes de armas que não querem parar de ganhar dinheiro. Uma vergonha. E ainda falam que é um conflito religioso."* (43 anos, professora , SP)

Igualmente, foi possível encontrar mais falas que demonstraram a insatisfação com o posicionamento do Governo Federal brasileiro, os entrevistados enfatizaram que a decisão do Brasil seria equivocada e o comportamento ideal deveria ser o da neutralidade.

> *"O governo atual trai tudo pelo que lutou nos últimos 80 anos. Desde 45 quando um brasileiro declarou na ONU a criação do estado de Israel o Brasil sempre percebeu e apoiou a defesa de Israel contra seus agressores. Agora de uma tacada só, vira inimigo de Israel, se junta as piores ditaduras mundiais algumas delas terroristas, e está as margens de sofrer uma interferência militar dos EUA."* (43 anos, administradora, GO)

> *"É revoltante ver esse tipo de ataque, mas é exatamente por isso que eu sempre disse que o Brasil não devia se meter nesse conflito. Se até jornalistas e equipes de resgate são atingidos, imagine o que pode acontecer quando o nosso país compra briga com um lado. O governo deveria cuidar do nosso povo e evitar se colocar em situações que só aumentam as tensões internacionais."* (42 anos, professor, TO)

Entre os eleitores flutuantes, a leitura fragmentou-se em dois registros: de um lado, a denúncia de antissemitismo e a defesa de Israel como ator em autodefesa; de outro, a ênfase no caráter humanitário da tragédia e na condenação da violência como princípio, independentemente de lado. O resultado é um repertório híbrido, que alterna argumentos de segurança e de direitos humanos sem convergir para uma diretriz única de política externa.

Acerca da acusação de antissemitismo, uma entrevistada, autodeclarada judia afirmou:

> *"Sigo acompanhando o caso sim. Não muito de perto, pois é um assunto que me deixa muito triste. Sou judia e isso mexe muito comigo.... A guerra toda, gente morrendo de*

> *todos os lados é uma tragédia. O Lula ter retirado o Brasil do IHRA é horrível, demonstra uma ação antisemita. Ele é um presidente horrível, que vai aumentar o ódio aos judeus com esse tipo de atitude. O que aconteceu no Holocausto foi um massacre e isso não se discute! Pessoas da minha família morreram no Holocausto! E assistir o Lula querendo palpitar em cima de um assunto que ele não sabe nada é muito doloroso. O atual conflito é muito difícil, mas foi o Hamas que recomeçou tudo, com os ataques de 7/10/23"* (37 anos, médica veterinária , PR)

Para ilustrar o contraste que o grupo de flutuantes apresentou internamente, a resposta de uma turismóloga do Rio de Janeiro (45 anos) demonstrou maior preocupação com a população palestina:

> *"Mas o que penso é que guerra é horrível, no passado Israel passou pelo holocausto, um acontecimento lastimável, agora eles são os algozes. E no fim, quem sofre, sempre, em qualquer guerra é o povo. Os governantes ficam nos seus gabinetes e o povo é obrigado a arriscar a vida. E pra piorar, quando finalmente a guerra acaba as armas são comercializadas para facções criminosas em diversos países, inclusive o nosso."* (45 anos, turismóloga , RJ)"

Nos lulodescontentes, sobressaiu a centralidade do sofrimento civil e a desaprovação moral da guerra, acompanhadas de uma tensão prática: parte avaliou que o Brasil deveria evitar envolvimento direto para preservar capacidade mediadora, enquanto outra parte considerou legítima a adesão à acusação de genocídio como gesto coerente com a defesa do direito internacional humanitário.

Assim como entre os bolsonaristas convictos, a maior parte dos entrevistados luladescontentes demonstraram não estar acompanhando atentamente o evento diplomático da saída do Brasil do IHRA, porém, por motivações distintas. Neste sentido, uma professora do Rio Grande do Sul (51 anos) disse: *"Não estou acompanhando estas notícias porque acho desesperador e me sinto impotente perante esta guerra genocida"*. Em consonância à desatenção - proposital - a esse assunto uma dona de casa baiana (53 anos): *"Não gosto nem de ouvir sobre isso, é muito desumano toda esta situação imagina as crianças os idosos em geral esse povo tão sofrido e o pior que nós brasileiros só podemos pedir a Deus por misericórdia pra está gente tão sofrida"*

No grupo dos lulistas, predominou a crítica às ações de Israel - frequentemente qualificadas como excessivas e genocidas - e o apoio às decisões do governo brasileiro,

entendidas como alinhadas ao multilateralismo, à tutela de direitos humanos e à busca de responsabilização jurídica. A saída da IHRA foi reconhecida como polêmica, mas não como fator invalidante do enquadramento do "conflito" e das iniciativas do Itamaraty.

Neste grupo, vale o destaque ao vocabulário de genocídio que foi amplamente utilizado. Nesta perspectiva, além de concordarem com o Governo Federal estes afirmaram perceber os acontecimentos na Faixa de Gaza como um genocídio.

> *"Não acompanhei, mas fez mais do que certo o governo apoiar a África do Sul. Israel só tem genocida, nenhum acordo é aceito, não se consegue resolver nada com israel"* (37 anos, restauradora, SP)

> *"Eu acho que toda ação simbólica contra Israel mais do que justa, eles precisam perceber e acatar que o mundo não vai aceitar um genocídio televisionado em pleno século 21. Ainda acho que o Brasil deveria retirar o embaixador que está em Israel e também ter algumas sanções contra esse país. Sobre o massacre do Israel na Palestina, é um absurdo que siga ocorrendo. Não há guerra quando um país não deixa nem que ajuda humanitária entre no outro, o que há é massacre e assassinato."* (33 anos, tradutor, SP)

Entre os evangélicos, o tom foi marcadamente moral-religioso: referências a Deus, apelos à paz e à dignidade humana estruturaram as falas, com menor coesão quanto à avaliação da conduta dos Estados. Enquanto alguns evocaram leituras bíblicas para sustentar solidariedade a Israel, outros privilegiaram a condenação da violência em ambos os lados e a proteção de civis, sem convergir para um posicionamento diplomático comum. A exemplo do contraste, as falas a seguir demonstram como a binariedade esquerda- direita ou bolsonaristas-petistas/lulodescontentes ajuda a explicar o comportamento destes entrevistados:

> *"Acho uma tremenda atrocidade essas guerras que os governantes estão em suas mansões e a população inocente morrendo. Achei correto a questão do governo brasileiro,porque não está apoiando Israel na guerra."* (G4, 49 anos, artesã , CE)

> *"Não acompanhei essa ação do desgoverno, mas ficar contra Israel só prova a loucura desse governo que está fazendo de tudo pra isolar nosso país do mundo igual a Venezuela e Rússia, é eles fazer o que bem entende, sem respeitar a opinião do povo. Acho essa ação do governo uma loucura, alguém tem que parar esse comunista que só se alinha com ditadores."* (G1, 55 anos, gerente de serviços elétricos , RJ)"

A terceira pergunta foi introduzida aos entrevistados na semana em que a Flotilha Global Sumud foi interceptada pela Marinha Israelense (outubro de 2025)[22]. O questionamento foi: "*A Marinha israelense interceptou, nesta quarta-feira (1°/10), embarcações que transportavam ajuda humanitária com destino à Faixa de Gaza e deteve as pessoas a bordo - entre elas, a ativista sueca Greta Thunberg, 13 brasileiros e um argentino residente no Brasil. As embarcações faziam parte da Flotilha Global Sumud, uma iniciativa composta por cerca de 50 barcos que tentavam furar o bloqueio imposto a Gaza. O grupo levava alimentos, água potável, medicamentos e brinquedos destinados à população palestina. Em suas redes sociais, o Ministro de Guerra, Ben G-Vir, afirmou que os tripulantes são terroristas e, por isso, estão encarcerados em uma prisão israelense. Vocês concordam com o posicionamento do Ministro de Israel?*"

No Grupo dos bolsonaristas convictos, todos apoiaram o Ministro de Guerra mobilizando, mais um vez, argumentos cuja lógica seria a defesa de Israel:

> *"Com relação ao posicionamento do ministro de Israel, eu concordo. Pois, quer defender seu país, como saber se realmente essas pessoas não estariam disfarçadas de terroristas. Nisso, concordo plenamente."* (64 anos, empresário, PR)

> *"Ele está certo. Tem q cuidar e defender o seu País. Assino em baixo com o posicionamento dele."* (27 anos, microempreendedora , MG)

> *"Concordo com o ministro — a prioridade é proteger o país e a população. Se havia risco de que a pessoa a pessoa a bordo pudesse ter más intenções ou favorecer grupos que atacaram civis, a interceptação e a verificação eram medidas prudentes. Apoio ações que priorizem segurança, desde que sejam feitas com respeito a direitos humanos e transparência."* (42 anos, gerente bancário, BA - outras evangélicas)

> *"Acredito que é melhor prevenir do que remediar, se existe um grande risco de que entre os ajudantes possam estar pessoas disfarçadas com más intenções, as autoridades fizeram o certo em prender para evitar um possível problema."* (45 anos, padeiro , PB - outras evangélicas)

[22] A terceira pergunta foi passada diretamente à equipe do MDP e, por isso, não há relatório de síntese produzido.

Houve também, assim como nas respostas às demais perguntas, entre os convictos, críticas à postura do governo brasileiro e à esquerda:

> *"Eu concordo com o Ministro, ele só está fazendo pelo seu país, coisa que o nosso não faz."* (36 anos, assistente jurídico, BA)

> *"Super concordo! Todas as ajudas são roubadas e só tem o que interessa o Hamas e o Al Qaeda. Fazem a lacração toda, mas não valem nada. Ganham verbas que vai tudo para eles. São militantes de esquerda. Disseram que não iriam comer ou beber água, por mim que morram, pq não fazem falta alguma."* (46 anos, cuidadora infantil, PR)

Entre os bolsonaristas moderados, prevaleceu a discordância em relação à postura do Ministro de Guerra Ben G-vir. Os entrevistados destacaram o caráter humanitário da flotilha, porém ponderaram a complexidade do "conflito":

> *"Não concordo, até mesmo por que ,eles levam ajuda humanitária e não armas ou planos de guerra ou qualquer outra coisa que causasse o mal de quem quer que seja."* (54 anos, aposentado, PB)

> *"Não concordo pois estas pessoas são as únicas que estão fazendo algo de bom em prol dos palestinos e com certeza não são terroristas, isto é um grande erro."* (43 anos, professora , SP - evangélica batista)

> *"Por mais que estejam tentando fazer bem a uma população que sim necessita de ajuda é um pouco complicado porque em uma guerra qualquer ajuda ao oponente é visto com certeza com mal olhos porque querendo ou não é uma vantagem tática."* (24 anos, suporte TI, DF - evangélica histórica)

> *"É uma situação delicada, sempre há vários lados de uma história , difícil ficar do lado de alguém nesse caso, mas creio que os ativistas só queriam ajudar o pessoal de Gaza que foi o lado que eles escolheram ficar. Pensando nisso o ministro vê eles como inimigos partindo do ponto de vista que eles tão tentando ajudar a galera que o ministro vê como o lado errado da história. Mas eu penso que as coisas tão tomando uma proporção muito exagerada. Mas o ministro só está tentando defender o seu povo"* (26 anos, autônomo, DF - evangélico histórico)

Os eleitores flutuantes, por sua vez, demonstraram divergências em relação ao posicionamento do governo israelense.

> *"Não vi essa notícia, mas impedir ajuda humanitária para quem nem tem nada a ver com isso, é muito cruel. Crianças, principalmente, estão morrendo de fome na faixa de Gaza. E no fim é tudo por dinheiro, esses dias estava assistindo ao canal do professor HOC, que explica sobre política, ele mencionou que a área onde está localizada a faixa de Gaza é rica em gás natural, o que Israel tem muito interesse."* (45 anos, turismóloga , RJ - outras evangélicas)

> *"Não acompanhei a situação mas pelo descrito no trecho acima, me parece pessoas querendo ajudar a população que está em sofrimento. Não acho errado."* (37 anos, assistente administrativa , MG)

> *"Não acompanhei, mas se estão indo alimentar os terroristas, então também são terroristas"* (25 anos, contador, RJ)

Os entrevistados que votaram em Lula no segundo turno de 2022 e reprovam o atual governo petista (lulodescontentes) apresentaram em sua totalidade argumentos contrários ao posicionamento do Ministro Ben G-vir:

> *"Jamais eu e qualquer cidadão que tenha um pouco de empatia e sensibilidade vai descordar desta atitude,estas poderosos não são pessoas e sim monstros,eu sinto um misto de tristeza desesperança e ódio desta gente que está provocando está calamidade e sinceramente não vai parar e muitos inocentes ainda vão sofrer muito,a única forma de ajudar é rezar muito eu choro muito quando assisto está guerra sinistra..."* (51 anos, professora , RS)

> *"Jamais concordaria, eles que são os terroristas, pagando para torturar as pessoas, devem ate pegar essas mercadorias para querer vender."* (30 anos, gestão em TI, SP)

Entre os evangélicos lulodescontentes, prevaleceu a noção de ajuda ao próximo e, portanto, condenaram a postura do governo israelense em impedir a chegada de ajuda humanitária à Gaza:

> *"Eu não concordo com essa decisão. Devemos amar e socorrer o próximo, independentemente de raça ou nação. Impedir que alimentos e remédios cheguem a pessoas*

> *famintas e feridas é não ter compaixão e misericórdia. Nenhum conflito justifica tamanha crueldade."* (48 anos, auxiliar de enfermagem, GO - outras evangélicas)

> *"Não concordo pois eles estão levando alimentos e se tiverem levando armas drogas aí sim poderiam ser presos mais não estavam levando um pouco de solidariedade para esse povo tão carente de tudo aonde fica a empatia só por Deus"* (53 anos, dona de casa, BA - evangélica da Assembleia de Deus)

> *"É um horror o que está acontecendo, infelizmente os que mandam continuam em suas mansões enquanto os pobres sem defesa,são mortos e passam por todo tipo de atrocidades. E os que procuram ajudar de uma maneira a levar só o básico pro povo não morrer ainda são presos.*
>
> *É de absurdo sem limites!"* (49 anos, artesã , CE - outras evangélicas)

Os lulistas também desaprovaram a conduta israelense frente à flotilha, em geral, afirmando que o governo desumaniza e violenta palestinos:

> *"O que Israel vem fazendo é cruel e desumano. tanto tempo em guerra, por um motivo tão??? tantas pessoas mortas e em sofrimento, por uma "briga" de pessoas "de nível alto".não concordo com o posicionamento do Ministro e jamais concordarei com nada ema relação à Israel"* (21 anos, auxiliar administrativa, RO)

> *"Eu sinto muito por toda palestina, é abominável tudo que Israel faz a anos, simplesmente inacreditável ver gente apoiando eles."* (25 anos, estudante, AL)

> *"Eu não confio em Israel ,acho eles uns fascistas,,além como com muitas vivências,armamentos pesados não pensam,são genocidas na maioria das vezes, não existem punições para ela,por isso tenho pé atrás com eles."* (38 anos, chefe de RH, BA)

Os evangélicos lulistas, assim como os lulodescontentes, se posicionaram contrários ao Ministro Ben G-Vir. Um destaque especial à entrevistada filiada à Universal do Reino de Deus, cuja doutrina é muito influenciada pelos Estados Unidos e possui práticas judaizantes em seus rituais:

> *"Tenho um pé atrás com Israel, haja em vista tudo oque eles fazem. Em muitos momentos eles são tão maléficos que acham que todos vão fazer igual, não são acostumados a receber ajuda."* (28 anos, auxiliar administrativo, AM - evangélico da Universal do Reino de Deus)

> *"O que israel vem fazendo é desumano um absurdo isso não sei como tem pessoas que elegem políticos assim"* (28 anos, autônoma, MT - evangélica Assembleia de Deus)

A análise dos grupos focais evidencia que o apoio a Israel, entre diferentes segmentos políticos, não se limita a uma identificação religiosa, abordagem preferida da literatura sociológica, mas assume uma dimensão moral e política. Os participantes que manifestam maior simpatia pelo Estado israelense o fazem ancorados em narrativas de ordem, segurança e civilização, frequentemente contrapostas à ideia de desordem, violência ou ameaça associada aos palestinos e, de forma mais ampla, à esquerda política. Essa moralização do "conflito" desloca o debate do campo geopolítico para o campo dos valores, reforçando a percepção de que "estar com Israel" é também afirmar uma posição identitária alinhada ao conservadorismo e ao que Gherman (2022) chamou atenção como uma construção olavista de geopolítica - a da defesa da comunidade judáico-cristã. Além disso, é possível perceber que o antipetismo funciona como identidade política na defesa de Israel. Nesse registro, "estar com Israel" aparece menos como adesão teológica e mais como negação ao PT percebido como pró-Palestina, sinalizando alinhamento ao bolsonarismo e reforçando fronteiras morais no debate público.

Os relatos qualitativos também permitem observar que o bolsonarismo funciona como um catalisador simbólico dessa convergência entre religião e política. Mesmo quando o nome de Jair Bolsonaro não aparece de forma explícita, o repertório discursivo dos participantes - centrado na ideia de "Povo de Deus", na proteção do "povo de bem" e na crítica a pautas progressistas - reproduz os enquadramentos típicos de sua base ideológica.

Por fim, os grupos focais permitem compreender os limites da abordagem quantitativa ao revelar os argumentos que estruturam o apoio a Israel em três diferentes situações. Enquanto os modelos estatísticos apontam correlações entre religião, voto e antipetismo, os discursos mostram como essas categorias se entrelaçam na argumentação dos entrevistados.

CONCLUSÃO

Nesta pesquisa pude perceber que, no Brasil, o apoio a Israel aparece menos como pura devoção e mais como um elemento de identidades políticas nacionais. Nas redes, senadores da FPE reforçam: "Hamas" foi citado dezenas de vezes, enquanto "Palestina" quase não aparece, evidenciando um enquadramento moral do "conflito" (Rossi e Hartmann, 2024).

Nos dados quantitativos, o antipetismo confirmou-se como o preditor mais robusto do apoio a Israel, mesmo após controles e pareamento: no modelo pós-pareamento, o coeficiente de 0,93 (OR≈2,53) indica mais que o dobro de chance de declarar apoio entre antipetistas, sinalizando que o vínculo com Israel é predominantemente político-ideológico, e não mera composição demográfica. A avaliação do governo também apresentou efeito substantivo, captando humores conjunturais com impacto na atitude declarada — mesmo quando adicionados voto em Bolsonaro e controles, os odds de apoio permaneceram elevados (OR≈3,17 no modelo básico; OR≈2,30 em especificações com controles).

Nos grupos focais, o apoio aparece ancorado em narrativas de ordem, segurança e civilização, contrapostas à ideia de desordem e ameaça associada aos palestinos e, mais amplamente, à esquerda. Esse deslocamento para um registro moral reforça a identidade conservadora e conecta "estar com Israel" a fronteiras políticas domésticas, com o antipetismo operando como identidade e o repertório bolsonarista servindo de catalisador — mesmo quando o ex-presidente não é citado explicitamente.

O chamado "sionismo à brasileira", na opinião pública, deve ser entendido menos como uma simples reprodução do sionismo europeu e mais como uma tradução cultural e política operada no contexto nacional. Assim, o sionismo adquire personalidade própria, articulando-se com a retórica nacionalista, anticomunista e moralizante que marca o discurso político da direita cristã brasileira. Proponho também pensar a relação entre bolsonarismo e sionismo a partir da metáfora da fagocitose, em que uma célula incorpora outra célula no seu interior. Nessa imagem, o sionismo aparece como a célula fagocitada: um corpo estranho que, ao ser englobado, não desaparece, mas é digerido e reconfigurado pelo organismo que o engole. O bolsonarismo, como essa célula, absorveu o sionismo, transformando-o em parte de sua própria narrativa política. Ao fazer isso, reorienta seu sentido original e o coloca a serviço de um

projeto maior: a defesa da chamada “civilização judaico-cristã” e o combate aos inimigos comuns, internos e externos. Assim, o sionismo passa a circular como nutriente dentro do bolsonarismo, legitimando-o tanto no plano simbólico quanto no internacional.

Com isso, o trabalho contribui para uma literatura ainda marcada por leituras ensaísticas e pouca mensuração empírica, oferecendo um teste de hipóteses que articulam religião, voto, antipetismo e avaliação do governo — combinação rara no recorte do genocídio em Gaza (2023–2025). Ao ir além da suposição de que a religião “explica” quase tudo, os resultados mostram que identidades partidárias e conjuntura política são chaves para explicar a adesão ao sionismo no país.

REFERÊNCIAS

Alencar, Gedeon. Protestantismo tupiniquim. Arte Editorial, 2005.

Almeida, R.; Machado, C. Sentidos do Partidarismo: Construindo uma Tipologia Multidimensional de Eleitores. Dados, v. 67, n. 3. 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/dados.2024.67.3.328

Aquino, Rodrigo. Passos, João Décio. Pentecostais: origens e começos. São Paulo: Paulinas, 2005. Coleção temas do Ensino Religioso. **Azusa: Revista de Estudos Pentecostais**, v. 1, n. 1, 2010.

Araújo, Victor. **A Religião Distrai os Pobres?: o voto econômico de joelhos para a moral e os bons costumes**. Almedina Brasil, 2022.

Areal, J. 'Them' without 'us': negative identities and affective polarization in Brazil. Political Research Exchange, v. 4, issue 1. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1080/2474736X.2022.2117635.

Baker, Andy; Ames, Barry; Rennó, Lucio R. Social context and campaign volatility in new democracies: networks and neighborhoods in Brazil's 2002 elections. American Journal of Political Science, v. 50, n. 2, p. 382-399, 2006.

Barreto, Lima. Clara dos Anjos. 4. ed. São Paulo: Penguin, 2012.

Bartel, Carlos Eduardo. O movimento sionista e a formação da comunidade judaica brasileira (1901-1956). 2012.

Burity, Joanildo. 2020. "¿Ola conservadora y surgimiento de la nueva derecha cristiana brasileña?: la coyuntura postimpeachment en Brasil". https://doi.org/10.20396/csr.v22i00.13754.

_____. 2015. "Minoritização, Glocalização e Política: Para Uma Pequena Teoria da Translocalização Religiosa". https://www.semanticscholar.org/paper/9bdd010d46a5f8f5ae4b4a331e0803857602025d.

Calfat, Natalia Nahas. O Oriente Médio é aqui: o Brasil entre o sionismo cristão e a solidariedade Sul-Sul Transnacionalidades ideológicas e o paradigma doméstico da polarização.

Campbell, Angus. The american voter. University of Chicago Press, 1980.

Campos, Leonildo Silveira. 2005. "As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro: observações sobre uma relação ainda pouco avaliada". https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i67p100-115.

Casarões, Guilherme. 2024. "Os efeitos do conflito israelo-palestino sobre a política brasileira". CEBRI-Revista Ano 3, Número 10 (Abr-Jun): 16-41.

Carpenedo, Manoela. 2018. "Collective memory in the making of religious change: the case of 'emerging Jews' followers of Jesus". Religion 48:104–83. https://doi.org/10.1080/0048721X.2017.1386136.

Carpenedo, Manoela. 2020. "Vivendo a nossa ascendência marrana. Ritual e identidades judaicas entre os evangélicos judaizantes no Brasil". Lusotopie 18:167–91. https://doi.org/10.1163/17683084-12341742.

Carpenedo, Manoela. 2021. "Christian Zionist Religiouscapes in Brazil: Understanding Judaizing Practices and Zionist Inclinations in Brazilian Charismatic Evangelicalism". Social Compass 68 (2): 204–17. https://doi.org/10.1177/00377686211014843.

Clemesha, Arlene. Marxismo e judaísmo: história de uma relação difícil. Boitempo Editorial, 2025.

Costa, Viviane. **Traficantes evangélicos**. GodBooks, 2024.

Côrtes, Mariana. A revolta dos bastardos: do pentecostalismo ao bolsonarismo. **Caderno CRH**, v. 34, 2021.

Cowan, Benjamin Arthur. " Nosso Terreno" crise moral, política evangélica e a formação da'Nova Direita'brasileira. **Varia História**, v. 30, p. 101-125, 2014.

Crivelente, Moara Assis. Além do testemunho: direito internacional, genocídio e colonização da Palestina. Tensões Mundiais, v. 20, n. 42, p. 185-218, 2024.

Cunha, Magali. **MyNews Explica Evangélicos na Política Brasileira**. Almedina Brasil, 2022.

Falbel, Nachman. Judeus no Brasil: estudos e notas. Editora Humanitas, 2008.

Feres Júnior, João Feres. O bolsonarismo como fenômeno de opinião pública. **Opinião Pública**, v. 31, p. e31113-e31113, 2025.

Fonseca, André Dioney. Informação, política e fé: o jornal Mensageiro da Paz no contexto de redemocratização do Brasil (1980-1990). **Revista Brasileira de História**, v. 34, p. 279-302, 2014.

Freston, Paul. (2020), "Conclusion". Palestra apresentada no congresso Politics and Religion in Brazil and the Americas: Evangelical Churches and their Relations with Judaism, Zionism, Israel and the Jewish Communities. Universidade de Haifa, jan. 13-15.

Freston, Paul. **Religião e política, sim. Igreja e estado, não: os evangélicos e a participação política**. Editora Ultimato, 2022.

Gherman, Michel. O não judeu judeu: A tentativa de colonização do judaísmo pelo bolsonarismo. Fósforo. São Paulo, 2022.

Gherman, Michel; Klein, Misha. Entre “conversos” e “desconversos”: o caso da influência da Nova Direita Brasileira sobre a comunidade judaica do Rio de Janeiro. 2019.

Giumbelli, Emerson. Lojas de Artigos Evangélicos: uma pesquisa sobre consumo religioso. **Ilha Revista de Antropologia**, v. 7, n. 1, 2, p. 213-236, 2005.

Hartmann, Arturo, e Shamira Rossi. 2024. “Entre a Cruz e a Estrela de David: O Papel dos Senadores da Frente Parlamentar Evangélica no Contexto do Sionismo Cristão no Brasil no pós 7 de outubro”. Revista Tlatelolco: Democracia Democratizante Y Cambio Social null:null. https://doi.org/10.22201/puedjs.29927099e.2024.3.1.7.

Herzl, Theodor. The Jewish State:(Der Judenstaat). Herzel Press, 1970.

Herrmann, Leonardo Brito. Israel Brasil Bolsonaro: impactos do discurso religioso evangélico na condução da política externa brasileira. Editora Dialética, 2024.

Keele, Luke. The statistics of causal inference: A view from political methodology. **Political Analysis**, v. 23, n. 3, p. 313-335, 2015.

Landi, María. Un genocidio largamente anunciado. Ribla, v. 93, n. 2, p. 15-25, 2024.

Lindsey, Hal. Os anos 80: contagem regressiva para o juízo final. Rio de Janeiro: Record, 1982.

Maakaroun, Bertha. Estratégias de aquisição e processamento de informação política. In: Borba, Felipe; Aldé, Alessandra (Ed.). Eleições, opinião pública e comunicação pública no Brasil contemporâneo: homenagem a Marcus Figueiredo. SciELO-EDUERJ, 2017.

Machado, Maria das Dores Campos, C. Mariz, e B. Carranza. 2022. “Genealogia do sionismo evangélico no Brasil”. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 42, p. 225-248, 2022 https://doi.org/10.1590/0100-85872022v42n2cap10.

Machado, Maria das Dores Campos; Mariz Cecília Loreto. O sionismo cristão no Brasil do século XXI e os interesses em jogo. **Ciencias Sociales y Religión**, v. 25, p. 1-35, 2023.

Mafra, Clara. **Os evangélicos**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2001.

Mariano, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. Edições Loyola, 1999.

Medeiros, Lara Leal. O Fascismo Bolsonarista e o Sionismo Cristão. 2024. Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto (Portugal).

Milgram, Avraham. Reflexões sobre o sionismo e Israel. WebMosaica, v. 1, n. 1, 2009.

Montero, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. **Novos estudos CEBRAP**, p. 47-65, 2006.

Nicolau, Jairo. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

Nishimura, Katia Mika. Conservadorismo social: opiniões e atitudes no contexto da eleição de 2002. **Opinião Pública**, v. 10, p. 339-367, 2004.

Oliveira, Kaliane Santos; De Mesquita Filho, Júlio. DO ALTAR ÀS RUAS: UMA ANÁLISE DO FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO NO BRASIL. **Blucher Social Sciences Proceedings**, v. 2, n. 4, p. 1688-1695, 2016.

Oosterbaan, Martijn. Transmitting the spirit: religious conversion, media and urban violence in Brazil. Pennsylvania: Penn State Press, 2017.

Pappe, Ilan. **Dez mitos sobre Israel**. Editora Tabla, 2022.

Perani, Cláudio. Comunidades eclesiais de base e movimento popular. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, n. 233, p. 35-42, 2009.

Pierucci, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na constituinte. In: Pierucci, Antônio Flávio; Prandi, Reginaldo (Org.) A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política. 1.ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

Pinheiro, Jorge. Socialismo e Religião no processo de fundação do Partido dos Trabalhadores Uma leitura a partir de Paul Tillich. **Correlatio**, n. 4, 2003.

Reinke, André Daniel. A função do imaginário no sionismo cristão brasileiro. **Ciencias Sociales y Religión**, v. 25, p. 1-26, 2023.

Reinke, André Daniel. Paixão por Israel: judaização, sionismo cristão e outras ambiguidades evangélicas. 1.e.d. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2025.

Reis da Silva, André Luiz. De Dilma a Bolsonaro: as transformações matriciais na política externa brasileira. Interacción Sino-Iberoamericana/Sino-Iberoamerican Interaction, v. 2, n. 1, p. 1-26, 2022.

Rennó, Lucio R. The Bolsonaro voter: issue positions and vote choice in the 2018 Brazilian presidential elections. **Latin American Politics and Society**, v. 62, n. 4, p. 1-23, 2020.

Ribeiro, Ednaldo; Carreirão, Yan; Borba, Julian. Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes. Opinião Pública, v. 22, n. 3, p. 603-637, 2016.

Rocha, André Italo. A bancada da bíblia: Uma história de conversões políticas - 1. ed. - São Paulo: Todavia, 2024.

Said, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Editora Companhia das Letras, 2007.

Sampaio, Rafael Cardoso; Paula, Carolina de. Manual de introdução às técnicas de pesquisa qualitativa em ciência política. 2024.

Samuels, D.; Zucco, C. Partisans, Antipartisans, and Nonpartisans: Voting Behavior in Brazil. Cambridge University Press. 2018

Schargel, Sergio. O judeu imaginário do bolsonarismo. 2023.

Spyer, Juliano. **O Povo de Deus**. BOD GmbH DE, 2020.

Teles, Bárbara Caramuru. Palestina: do colonialismo e limpeza étnica ao apartheid. Cadernos De Campo (São Paulo-1991), v. 33, n. 1, p. e221585-e221585, 2024.

Tillich, Paul. Masse et Esprit, in Christianisme et Socialisme, Écrits socialistes allemands (1919-1931), Paris/ Genève/ Québec, Les Éditios du Cerf, Éditions Labor et Fides, Les Presses de l'Université Laval, 1992, p. 104.

Wachholz, Wilhelm; Reinke, André Daniel. Pela paz em Jerusalém": a origem do sionismo cristão, sua influência na igreja protestante brasileira e sua atuação no Congresso Nacional. Revista Brasileira de História das Religiões, v. 13, n. 37, p. 253-273, 2020.

ANEXO A – Tabelas1, 2, 3, 4, 5 e 6.

Tabela 1 - Apoio ao conflito Israel-Hamas a partir da clivagem religiosa agregada.

Denominação	Favorável	Contrário	Depende	NS	NR	Total	Favorável (%)
Católica	104	1001	15	90	23	1233	8,4
Evangélica	103	681	22	46	19	871	11,8
Ateu/Agnóstico	12	76	3	6	2	99	12,1
Outras	19	200	9	15	8	251	7,6
Sem informação	6	58	4	8	6	82	7,3

Fonte: A autora, baseado em dados do *survey* Cara da Democracia, 2024.

Tabela 2 - Apoio ao conflito Israel-Hamas a partir da clivagem religiosa detalhada (Continua)

Denominação	Favorável	Contrário	Depende	NS	NR	Total	%A% Ap
Budista	0	6	0	0	0	6	0
Candomblé	2	20	1	0	0	23	8,7
Católica	104	1001	90	23	0	1218	8,5
Espírita kardecista, espiritualista	4	54	3	0	0	61	6,6
Evangélica sem igreja	33	207	11	7	0	258	12,8
Evangélica com igreja (Igreja Universal, Assembleia de Deus, Sara Nossa Terra, Igreja Batista da Lagoinha, etc)	65	426	30	10	0	531	12,2

Protestante (Luterana, Presbiteriana, Anglicana)	5	33	3	1	0	42	11,9
Judaica	0	2	0	0	0	2	0
Mórmon, Adventista, Testemunha de Jeová	0	15	2	1	0	18	0
Seicho-No-Ie, Messiânica, Perfeita Liberdade	0	1	0	0	0	1	0
Umbanda	3	26	0	2	0	31	9,7
Outra	10	91	11	6	0	118	8,5
É ateu/ Agnóstico/ Não acredita em Deus	12	76	6	2	0	96	12,5
NS	1	20	5	3	0	29	3,4
NR	5	38	3	3	0	49	10,2
Total	244	2016	165	58	0	2483	9,8

Fonte: A autora, baseado em dados do *survey* Cara da Democracia, 2024.

Tabela 3 - Regressão logística: apoio a Israel (Continua)

Termo	β	EP	z	p	OR	IC95% OR (Inf)	IC95% OR (Sup)
Intercepto	-2.321	0.360	-6.44	1.18e-10	0.10	0.05	0.20
Escolaridade: De fund. comp. a médio incompleto	-0.092	0.263	-0.35	0.726	0.91	0.54	1.53
Escolaridade: De médio comp. a superior incompleto	-0.001	0.234	-0.01	0.996	1.00	0.63	1.59
Escolaridade: Superior completo	0.288	0.257	1.12	0.263	1.33	0.81	2.21
Renda: De 2 a 5 S.M.	-0.014	0.181	-0.08	0.938	0.99	0.69	1.40
Renda: De 5 a 10 S.M.	0.330	0.217	1.52	0.128	1.39	0.91	2.12
Renda: Mais de 10 S.M.	0.485	0.319	1.52	0.128	1.62	0.87	3.03
Idade: 25–34	-0.306	0.254	-1.21	0.228	0.74	0.45	1.22
Idade: 35–44	-0.013	0.246	-0.05	0.959	0.99	0.61	1.63
Idade: 45–54	0.088	0.256	0.35	0.730	1.09	0.66	1.81

Idade: 55+	-0.050	0.254	-0.20	0.843	0.95	0.59	1.53
Raça: Preta	-0.205	0.235	-0.87	0.384	0.82	0.52	1.29
Raça: Parda	-0.021	0.175	-0.12	0.906	0.98	0.70	1.38
Raça: Amarela	0.148	0.411	0.36	0.719	1.16	0.52	2.58
Raça: Indígena	-0.477	0.622	-0.77	0.444	0.62	0.18	2.16
Raça: Sem informação	-0.786	0.619	-1.27	0.204	0.46	0.14	1.33
Região: Sul	-0.146	0.220	-0.66	0.509	0.86	0.56	1.31
Região: Nordeste	-0.051	0.190	-0.27	0.787	0.95	0.65	1.40
Região: Centro-Oeste	-0.373	0.313	-1.19	0.232	0.69	0.37	1.28
Região: Norte	0.153	0.251	0.61	0.544	1.16	0.71	1.89
Religião: Evangélica	0.274	0.161	1.71	0.088	1.32	0.96	1.80
Religião: Ateu/Agnóstico	0.359	0.341	1.05	0.292	1.43	0.73	2.83
Religião: Outras	-0.054	0.275	-0.20	0.844	0.95	0.55	1.66

Religião: Sem informação	-0.197	0.453	-0.43	0.665	0.82	0.34	1.98
Sexo: Feminino	-0.887	0.153	-5.81	6.23e-09	0.41	0.31	0.56
Voto_Bol: Bolsonaro	0.801	0.149	5.36	8.29e-08	2.23	1.66	2.98

Fonte: A autora, baseado em dados do *survey* Cara da Democracia, 2024.

Tabela 4 - Balanceamento das covariáveis antes e depois do pareamento (Voto em Bolsonaro Apoio ao sionismo) (Continua)

Variável	**Média Trat. (All)**	**Média Controle (All)**	**MD (All)**	**CDF Mean (All)**	**CDF Máx (All)**	**Média Trat. (Matched)**	**Média Controle (Matched)**	**SMD (Matched)**	**Redução SMD**
distance	0,3366	0,3366	0,0000	0,0000	0,0000	0,3366	0,3366	0,0000	100%
Escolaridade: Até fundamental incompleto	0,1408	0,2196	−0,2267	0,0788	0,0788	0,1408	0,1408	0,0000	100%
Escolaridade: De fund. completo a médio incompleto	0,1566	0,1776	0,0578	0,0210	0,0210	0,1566	0,1566	0,0000	100%
Escolaridade: De médio completo a sup. incompleto	0,4276	0,4005	0,0548	0,0271	0,0271	0,4276	0,4276	0,0000	100%

Escolaridade: Superior completo	0,2750	0,2023	0,1629	0,0727	0,0727	0,2750	0,2750	0,0000	100%

Fonte: A autora, baseado em dados do *survey* Cara da Democracia, 2024.

Tabela 5 – Balanceamento das covariáveis antes e depois do pareamento (Antipetismo → Apoio ao sionismo) (Continua)

Variável	Média Tratado	Média Controle	Dif. Média Padronizada	Após Pareamento (Dif. Média Padronizada)
Distance (propensity score)	0.278	0.201	0.627	0.022
Renda até 2 S.M.	0.265	0.383	-0.268	0.021
Renda de 2 a 5 S.M.	0.438	0.417	0.041	0.022
Renda de 5 a 10 S.M.	0.241	0.156	0.198	-0.048
Renda mais de 10 S.M.	0.056	0.043	0.056	0.000
Idade 16–24	0.095	0.148	-0.183	-0.063
Idade 25–34	0.245	0.193	0.121	-0.009
Idade 35–44	0.238	0.190	0.112	0.017
Idade 45–54	0.141	0.182	-0.118	-0.011

Idade 55+	0.282	0.287	-0.011	0.041
Raça branca	0.380	0.256	0.255	-0.092
Raça preta	0.126	0.184	-0.175	0.028
Raça parda	0.436	0.482	-0.093	0.034
Região Sudeste	0.482	0.404	0.158	-0.019
Região Nordeste	0.202	0.296	-0.234	-0.028
Religião católica	0.371	0.518	-0.303	-0.050
Religião evangélica	0.482	0.309	0.348	0.045
Sexo masculino	0.575	0.453	0.247	0.053
Sexo feminino	0.425	0.547	-0.247	-0.053
Escolaridade até fundamental	0.110	0.218	-0.349	0.000
Escolaridade médio/superior inc.	0.430	0.413	0.036	0.000
Escolaridade superior completo	0.310	0.197	0.245	0.000

Fonte: A autora, baseado em dados do *survey* Cara da Democracia, 2024.

Tabela 6 - Balanceamento das covariáveis antes e depois do pareamento (Avaliação do Governo Lula → Apoio ao sionismo) (Continua)

Variável	Média Trat. (All)	Média Controle (All)	MD (All)	CDF Mean (All)	CDF Máx (All)	Média Trat. (Matched)	Média Controle (Matched)	SMD (Matched)	Redução SMD
distance	0,4079	0,3167	0,6457	0,1843	0,2644	0,4079	0,3875	0,1446	+77,6 %
Renda até 2 S.M.	0,2676	0,4030	−0,3059	0,1354	0,1354	0,2676	0,2676	0,0000	100 %
Renda 2–5 S.M.	0,4566	0,4049	0,1037	0,0517	0,0517	0,4566	0,4554	0,0024	97,7 %
Renda 5–10 S.M.	0,2207	0,1513	0,1673	0,0694	0,0694	0,2207	0,2171	0,0085	94,9 %
Idade 16–24	0,1491	0,1318	0,0484	0,0172	0,0172	0,1491	0,1561	−0,0198	59,1 %
Idade 25–34	0,2453	0,1833	0,1441	0,0620	0,0620	0,2453	0,2488	−0,0082	94,3 %
Idade 35–44	0,2347	0,1808	0,1273	0,0540	0,0540	0,2347	0,2359	−0,0028	97,8 %
Idade 45–54	0,1585	0,1808	−0,0612	0,0223	0,0223	0,1585	0,1631	−0,0129	79,0 %

Idade 55+	0,2124	0,3233	−0,2710	0,1108	0,1108	0,2124	0,1960	0,0402	85,2 %
Raça Branca	0,3345	0,2536	0,1715	0,0809	0,0809	0,3345	0,3275	0,0149	91,3 %
Raça Preta	0,1350	0,1921	−0,1671	0,0571	0,0571	0,1350	0,1479	−0,0378	77,4 %
Raça Parda	0,4589	0,4815	−0,0453	0,0226	0,0226	0,4589	0,4671	−0,0165	63,6 %
Região Sudeste	0,4789	0,3861	0,1858	0,0928	0,0928	0,4789	0,4660	0,0258	86,1 %
Região Nordeste	0,1984	0,3189	−0,3023	0,1205	0,1205	0,1984	0,2230	−0,0618	79,6 %
Religião Católica	0,3615	0,5556	−0,4039	0,1941	0,1941	0,3615	0,4120	−0,1050	74,0 %
Religião Evangélica	0,4566	0,2856	0,3432	0,1709	0,1709	0,4566	0,3838	0,1461	57,4 %
Sexo Masculino	0,5293	0,4564	0,1462	0,0730	0,0730	0,5293	0,4941	0,0705	51,8 %
Sexo Feminino	0,4707	0,5436	−0,1462	0,0730	0,0730	0,4707	0,5059	−0,0705	51,8 %

Escolaridade: Até fundamental incompleto	0,0998	0,2423	−0,4756	0,1425	0,1425	0,0998	0,0998	0,0000	100 %
Escolaridade: Superior completo	0,2876	0,1864	0,2234	0,1011	0,1011	0,2876	0,2876	0,0000	100 %

Fonte: A autora, baseado em dados do *survey* Cara da Democracia, 2024.